



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

GUILHERME MARCONI COUTINHO DE SOUZA FILHO

COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E PRECEDENTES

**JOÃO PESSOA
2024**

GUILHERME MARCONI COUTINHO DE SOUZA FILHO

COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E PRECEDENTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Dr. Delosmar Domingos de Mendonça Júnior

Coorientador: Lucas Rojas Accetta

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729c Souza Filho, Guilherme Marconi Coutinho de.
Coisa julgada tributária e precedentes / Guilherme
Marconi Coutinho de Souza Filho. - João Pessoa, 2024.
70 f.

Orientação: Delosmar Domingos de Mendonça Júnior.
Coorientação: Lucas Rojas Accetta.
TCC (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Coisa julgada. 2. Precedentes. 3. Relações
tributárias. I. Mendonça Júnior, Delosmar Domingos de.
II. Accetta, Lucas Rojas. III. Título.

UFPB/CCJ

CDU 34

GUILHERME MARCONI COUTINHO DE SOUZA FILHO

COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E PRECEDENTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Dr. Delosmar Domingos de Mendonça Júnior

Coorientador: Lucas Rojas Accetta

Data da aprovação: 23 de abril de 2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. Delosmar Domingos de Mendonça Júnior
(orientador)

Prof. Lucas Rojas Accetta
(coorientador)

Prof. Dr. Bianor Arruda Bezerra Neto
(avaliador)

Prof. Dr. Solon Henriques de Sá e Benevides
(avaliador)

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos se destinam àqueles que, não só participaram efetivamente da minha formação, mas tornaram-na possível, cada um à sua maneira.

Agradeço, em posição de destaque, aos meus pais, **Guilherme e Juliana**, e ao meu irmão, **Gustavo**, por sempre terem me incentivado e me apoiado ao longo dessa caminhada. Aos meus avós, **José Marconi e Marenice**, por serem o pilar estruturante de toda a nossa família. Sem tê-los como modelo, tudo se tornaria mais difícil.

À minha noiva, **Isadora**, minha escolha mais acertada, por quem todos os meus esforços valem a pena, e a seus pais, **José Carlos e Isabella**, que, durante os quase oito anos de relacionamento, acompanharam-me do início do ensino médio ao fim da graduação e tão bem me acolheram.

Ao **prof. Delosmar Mendonça**, orientador deste trabalho, a quem devo minha paixão pelo Processo, em razão das aulas magistrais e da confiança em mim depositada para a consecução do projeto de monitoria da disciplina de Direito Processual Civil II. Ao **prof. Rogério Fialho**, titular da disciplina de Direito Civil II, que me introduziu à beleza da docência, por meio de seu projeto de monitoria de tanta valia, que dele participei por três semestres.

Aos que compõem o setor de contencioso tributário da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba, na pessoa do coorientador deste trabalho, **Dr. Lucas Accetta**, a quem devo meu gosto pelo Direito Tributário e que, embora não mais permaneça nos quadros dessa Procuradoria, sempre será lembrado, por empenho, cumplicidade e capacidade louváveis. Aos que fazem a 2ª Vara da Justiça Federal na Paraíba, na pessoa do **Dr. Bruno Teixeira**, por ter-me acolhido em plena Pandemia, possibilitando, na prática, a minha introdução ao Direito. À **prof.ª Zarinha**, por ter-me dado a honra do primeiro emprego, em que tanto aprendi durante os períodos iniciais do curso de Direito.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos em Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos (Numesc), na pessoa da **prof. Ana Paula Albuquerque**, que também me orientou em projeto de pesquisa durante a graduação, e a **Pedro Paulo Costa**, amigo com quem dividi as árduas, mas prazerosas, atribuições da coordenação da equipe de arbitragem nacional.

Aos colegas que enfrentaram comigo a graduação, **Marcílio Oliveira e Rafael Aguiar**, por toda a ajuda e companheirismo.

Por fim, especialmente, a **Deus**, por sempre ter-me dado mais do que eu mereço.

“The power to tax involves the power to destroy.”

*Justice John Marshall
in McCulloch v. Maryland (1819)*

RESUMO

A coisa julgada é um baluarte da segurança jurídica nas relações tributárias, mas o sistema constitucional consagrou outros valores a serem protegidos nessas relações, como o respeito aos precedentes, a isonomia tributária e a livre concorrência. Nesse contexto, o presente estudo analisa a complexa relação entre coisa julgada tributária e precedentes judiciais no Direito brasileiro, à luz de outros valores também protegidos pela Constituição. Enquanto o princípio constitucional da coisa julgada garante a estabilidade das decisões judiciais passadas, a superveniência de novos padrões decisórios vinculantes pode modificar esse panorama. São discutidas as implicações dessas mudanças, especialmente em casos de trato continuado, objeto de recente julgamento dos temas 881 e 885 da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. A pesquisa destaca as controvérsias em torno da relativização da coisa julgada e as medidas previstas pelo Código de Processo Civil e pela jurisprudência para lidar com conflitos entre decisões judiciais e precedentes. Em conclusão, enfatiza-se a importância de definições claras por parte do Supremo Tribunal Federal sobre o alcance dos precedentes, com o intuito de reduzir a litigiosidade e fortalecer a segurança jurídica. Além disso, ressalta-se a responsabilidade tanto do Tribunal quanto da sociedade organizada em garantir aos jurisdicionados a ampla publicidade dos termos e efeitos das decisões proferidas.

Palavras-chave: coisa julgada; precedentes; relações tributárias.

ABSTRACT

Res judicata stands as a cornerstone of legal certainty in tax relations, yet the Brazilian constitutional system has enshrined other values to be safeguarded in these relations, such as respect for precedents, tax equality, and free competition. In this context, this study examines the complex relationship between tax *res judicata* and judicial precedents in Brazilian Law, considering other values also protected by the Constitution. While the constitutional principle of *res judicata* ensures the stability of past judicial decisions, the emergence of new judicial standards can alter this landscape. The implications of these changes are discussed, especially in cases of continued dealings, which were recently the subject of judgments on topics 881 and 885 of general repercussion by the Brazilian Supreme Court. The research highlights the controversies surrounding the relativization of *res judicata* and the measures provided by the Civil Procedure Code and case law to deal with conflicts between judicial decisions and precedents. In conclusion, the importance of clear definitions by the Brazilian Supreme Court regarding the scope of precedents is emphasized, aiming to reduce litigation and strengthen legal certainty. Furthermore, the responsibility of both the Court and organized society in ensuring widespread publicity of the terms and effects of decisions rendered to the jurisdiction is spotlighted.

Keywords: *res judicata*; precedents; tax relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O INSTITUTO DA COISA JULGADA	10
2.1	COISA JULGADA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E SEGURANÇA JURÍDICA	10
2.2	DEFINIÇÃO TÉCNICA DE COISA JULGADA.....	12
2.3	LIMITES E EFICÁCIAS DA COISA JULGADA	13
2.3.1	<i>Limites objetivos da coisa julgada</i>	<i>13</i>
2.3.2	<i>Limites subjetivos da coisa julgada.....</i>	<i>15</i>
2.3.3	<i>Limites temporais da coisa julgada.....</i>	<i>16</i>
2.3.4	<i>Eficácia negativa da coisa julgada</i>	<i>17</i>
2.3.5	<i>Eficácia positiva da coisa julgada</i>	<i>18</i>
2.3.6	<i>Eficácia preclusiva da coisa julgada</i>	<i>19</i>
2.4	PECULIARIDADES DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA	20
2.4.1	<i>Relações jurídicas instantâneas</i>	<i>20</i>
2.4.2	<i>Relações jurídicas de trato continuado: continuativas e sucessivas</i>	<i>21</i>
2.5	MEIOS TRADICIONAIS DE SUPERAÇÃO DA COISA JULGADA	22
3	SISTEMA DE PRECEDENTES BRASILEIRO	23
3.1	BREVE PANORAMA SOBRE O SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES	23
3.2	PRECEDENTES NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	24
3.3	PADRÕES DECISÓRIOS VINCULANTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	27
4	COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E PRECEDENTES	30
4.1	COISA JULGADA POSTERIOR AO PRECEDENTE CONTRÁRIO	30
4.2	COISA JULGADA ANTERIOR AO PRECEDENTE CONTRÁRIO	33
4.3	COISA JULGADA SOBRE RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO ANTERIOR AO PRECEDENTE CONTRÁRIO: TEMAS 881 E 885 DA REPERCUSSÃO GERAL	38
4.3.1	<i>Os casos concretos dos leading cases: RE 949.297/CE (tema 881) e RE 955.227/BA (tema 885).....</i>	<i>40</i>
4.3.2	<i>Argumentos da Fazenda Nacional</i>	<i>44</i>
4.3.3	<i>Argumentos das empresas recorridas</i>	<i>48</i>
4.3.4	<i>Panorama atual do impacto aos efeitos prospectivos da coisa julgada por precedente superveniente contrário: julgamento dos temas 881 e 885 da repercussão geral</i>	<i>50</i>
5	CONCLUSÃO	59
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A legalidade, prevista nos artigos. 5º, II, e 150, I, da Constituição Federal, é um dos pilares do Direito Tributário. A sua função primeira é de regra, proibindo que o Legislativo – e o Executivo, no exercício do poder regulamentar – institua ou majore tributos sem observar um procedimento parlamentar específico, qual seja, o procedimento legislativo (Ávila, 2012b, p. 178).

Quando a legislação não é suficiente para garantir a ordem e a estabilidade tributária, seja por razões formais seja por razões materiais, o Judiciário é acionado para intervir, destituindo parâmetros inconstitucionais postos pelo legislador ou fixando novas diretrizes à luz de outras normas já constantes do ordenamento jurídico.

Nesses casos, findo o processo judicial, a decisão obtida deve ser estabilizada, a fim de proporcionar um ambiente de segurança e paz jurídicas, devendo o jurisdicionado ficar vinculado ao resultado, mesmo que injusto ou errado (Santos, 2005, p. 116), pelo menos até que novos parâmetros com força vinculante equivalente ou superior sejam fixados para a regulação da situação em questão.

A essa qualidade da decisão judicial passada em julgado que garante a sua indiscutibilidade dá-se o nome de coisa julgada. O instituto é garantido expressamente pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, ao prescrever que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

A coisa julgada, portanto, mesmo que injusta ou errada, deve ser vinculante, não sendo possível, em regra, que o Direito superveniente a afronte. Há, todavia, no ordenamento jurídico, instrumentos excepcionais que permitem a desconstituição da coisa julgada diante de vícios específicos da decisão: a ação rescisória e a revisão criminal, as quais, assim como a coisa julgada, também têm assento constitucional, nos artigos 102, I, “j”, 105, I, “e”, e 108, I, “b”, da Constituição Federal. Afinal, “quando o direito, em casos expressos e limitados, autoriza a rescisão da coisa julgada, ele não o faz contra a segurança, mas em favor da segurança” (Ferraz Jr., 2005, p. 271).

Em se tratando de relações jurídicas de trato continuado, além dos casos de desconstituição da coisa julgada por meio de ação rescisória, há outra hipótese relevante em que a decisão judicial estabilizada pela coisa julgada deixa de ter aplicação prática: quando ocorre a alteração das circunstâncias jurídicas com base nas quais ela foi constituída. Esses novos parâmetros jurídicos, aptos a modificar o regramento estabelecido pela coisa julgada a

determinada situação e a determinadas partes, podem advir de uma inovação legislativa ou da fixação de um parâmetro jurisprudencial vinculante.

Quanto à primeira hipótese, é fácil perceber a influência sobre os efeitos práticos da coisa julgada quando há uma inovação legislativa superveniente, principalmente devido à presunção de conhecimento, prevista no art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de que “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

Mais imbricada, no entanto, é a segunda hipótese, a de fixação superveniente de um padrão decisório vinculante. Esse assunto foi recentemente debatido pelo Supremo Tribunal Federal, nos julgamentos dos temas 881 e 885 da repercussão geral e em outras decisões, nos quais o Tribunal foi instado a se manifestar sobre os efeitos das decisões vinculantes sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Embora as teses tenham sido fixadas, persistem controvérsias quanto à “relativização da coisa julgada” que não foram completamente enfrentadas, inclusive porque, até a conclusão deste trabalho, os *leading cases* ainda não transitaram em julgado, estando pendente a divulgação do acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela empresa e pelos *amici curiae* – além disso, há a possibilidade de nova oposição de embargos, tão controvertida ainda é a questão.

O escopo desta pesquisa, portanto, é destrinchar o impacto do precedente à coisa julgada tributária, seja esse precedente anterior ou posterior à sua formação. No caso do precedente posterior à coisa julgada sobre relação jurídica de trato continuado, objetiva-se, ainda, analisar o impacto aos efeitos pretéritos da coisa julgada – formados desde o trânsito em julgado até o estabelecimento do precedente – e aos efeitos prospectivos ou futuros da coisa julgada – a partir do estabelecimento do precedente.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa para compreender o fenômeno em questão. Utilizando-se de técnicas jurídico-dogmáticas, como pesquisa documental, sobretudo por meio da análise doutrinária e jurisprudencial, busca-se compreender o panorama atual da relação entre precedentes e coisa julgada tributária.

2 O INSTITUTO DA COISA JULGADA

2.1 Coisa julgada no sistema jurídico brasileiro e segurança jurídica

A Constituição Federal prevê, no art. 5º, XXXVI, que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. Ao falar em “lei”, na verdade, a Constituição pretendeu vedar que o Direito superveniente prejudique a coisa julgada, pois não é só a lei que deve respeitar a coisa julgada (Oliveira, 2015, p. 29). Sendo uma garantia do cidadão, não há dúvidas de que o instituto ostenta a condição de cláusula pétrea, em decorrência do art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal.

No âmbito infraconstitucional, o regramento da coisa julgada constitui a seção V (“da coisa julgada”), do capítulo XIII (“da sentença e da coisa julgada”) do CPC. O art. 502 do CPC, o primeiro da seção, já conceitua o instituto como “a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”, e o art. 503 do mesmo diploma revela a sua importância ao prever que “a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida”.

O instituto da coisa julgada – assim como o ato jurídico perfeito, o direito adquirido, a edição de súmulas e outras técnicas similares – é corolário do princípio da segurança, estatuído no *caput* do art. 5º da Constituição. Por sua vez, o princípio da segurança decorre da própria noção de estado democrático de direito. É tanto que, na acepção da jurisprudência alemã, o princípio da segurança jurídica, que lá não é expresso, é deduzido implicitamente do princípio geral do Estado de Direito (Silva, 2004, p. 276). O Supremo Tribunal Federal brasileiro, inclusive, já pontuou essa relação umbilical¹.

Segundo Humberto Ávila (2012b, p. 372), a segurança jurídica deve ser percebida por duas ideias diretivas: a dimensão formal-temporal e a dimensão material. A dimensão formal-temporal da segurança jurídica pressupõe conferir-se ao cidadão a possibilidade de saber de antemão quais normas são vigentes (irretroatividade) e conhecer o conteúdo das leis antes de elas serem aplicadas (anterioridade), a fim de lhe possibilitar realizar um “cálculo prévio” independente do conteúdo da lei. A dimensão material da segurança jurídica, por sua vez, em combinação com o conteúdo da lei, pressupõe a exigência de uma certa medida de compreensibilidade, clareza, calculabilidade e controlabilidade, relacionando-se com a ideia de legalidade.

¹ STF, Pleno, RE 590.809/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 22.10.2014, DJe 24.11.2014.

Dessas exigências, Humberto Ávila (2012b, p. 370) extrai que a segurança jurídica tem “sentido normativo direto de princípio, na medida em que estabelece o dever de buscar um ideal de estabilidade, confiabilidade, previsibilidade e mensurabilidade na atuação do Poder público”.

É possível dizer, portanto, que o princípio da segurança jurídica é construído tanto pela interpretação dedutiva do princípio maior do Estado de Direito como pela interpretação indutiva de regras constitucionais como a proteção à coisa julgada, ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, à legalidade, à irretroatividade e à anterioridade (Ávila, 2012b, p. 370).

Em decorrência dessa estreita relação entre a coisa julgada, o princípio da segurança e a própria noção de estado democrático de direito, pode-se afirmar que ceifar a coisa julgada e negar a proteção da segurança, no Estado Constitucional, é retirar um dos seus elementos fundamentais (Oliveira, 2015, p. 27), e que representa evidente agressão ao Estado Constitucional e ao próprio discurso jurídico a tentativa de relativizar a coisa julgada (Marinoni, Arenhart, Mitidiero, 2024, p. RL-1.101).

A coisa julgada é instrumento de efetivação da segurança jurídica, que, para Ives Gandra Martins (2005, p. 49), especificamente no âmbito do Direito Tributário, “é o bem maior que o direito oferta ao homem em sociedade e é o bem mais incômodo à função confiscatória de todos os governos que entenderam ser o tributo uma obrigação da sociedade, menos para com o Estado, e mais para com eles”.

Não obstante a nobre genética da coisa julgada – relacionado à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito –, deve-se atentar que ela é um instituto essencialmente prático. O fundamento da indiscutibilidade daquilo que estiver sob o manto da coisa julgada não é a presunção de correspondência à verdade real ou à justiça, mas, unicamente, a necessidade de conferir segurança jurídica. Com base nessa lição, assim ensina Enrico Túlio Liebman (2006, p. 276):

É mister libertar-se desse preconceito para dar à coisa julgada não mais um valor lógico, ou psicológico, ou ideológico, mas somente um valor prático: a intangibilidade dos efeitos da sentença.

De fato, a finalidade prática da coisa julgada a orienta, e, em regra, o jurisdicionado deve ficar vinculado ao resultado, mesmo que injusto ou errado (Santos, 2005, p. 116). Todavia, há uma tendência de relativização da coisa julgada em certos casos excepcionais, quando a preponderância da verdade material no caso concreto for de relevância extrema. É o caso, por exemplo, da relativização da coisa julgada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso das relações de parentesco:

A necessidade de prevalência da verdade real no reconhecimento das relações de parentesco, amparadas em ações de estado (CPC/1973, arts. 469, II, e 471, I; CPC/2015, arts. 504, I, e 505, I), tem ensejado, ante as novas descobertas científicas, discussão acerca da relativização da coisa julgada. O Poder Judiciário não pode, sob a justificativa de impedir ofensa à coisa julgada, desconsiderar os avanços técnico-científicos inerentes à sociedade moderna, os quais possibilitam, por meio de exame genético, o conhecimento da verdade real, delineando, praticamente sem margem de erro, o estado de filiação ou parentesco de uma pessoa. Com a utilização desse meio de determinação genética, tornou-se possível uma certeza científica (quase absoluta) na determinação da filiação, enfim, das relações de ancestralidade e descendência, inerentes à identidade da pessoa e sua dignidade. Deve ser relativizada a coisa julgada firmada em ação de investigação de paternidade julgada improcedente por insuficiência de provas, na qual o exame hematológico determinado pelo juízo deixou de ser realizado, no entender do Tribunal de origem, por desídia da parte autora. Fundamento que não pode servir de obstáculo ao conhecimento da verdade real, uma vez que a autora, à época da primeira ação, era menor impúbere, e o direito à paternidade, sendo personalíssimo, irrenunciável e imprescritível, não pode ser obstado por ato atribuível exclusivamente à representante legal da parte, máxime 12onceitua12do-se que anterior à universalização do exame de DNA” (STJ, 4.^a Turma, Resp 1.071.458/MG, rel. Min. Raul Araújo, Dje 15.03.2017).

Devem ser excepcionais as hipóteses de flexibilização da coisa julgada. Afinal, também segundo respeitável doutrina, a coisa julgada constitui uma regra sobre o discurso – e não um princípio –, não admitindo ponderação com outros *standards* jurídicos no caso concreto (Marinoni, Arenhart, Mitidiero, 2024, p. RL-1.101), uma vez que o sopesamento, em tese, já foi feito pelo legislador.

2.2 Definição técnica de coisa julgada

Inicialmente, é importante estabelecer que a coisa julgada não se confunde com o conteúdo – declaratório, constitutivo ou condenatório, segundo a teoria trinária –, com a eficácia – aptidão para produzir efeitos – ou com os efeitos práticos da decisão judicial. Na verdade, a coisa julgada é algo novo que a eles se agrega, qualificando a decisão dotada de sua autoridade (Oliveira, 2015, p. 65).

Considerando, então, que a coisa julgada não é um elemento ou um efeito da sentença, pode-se conceituá-la como uma situação jurídica gerada com o trânsito em julgado que confere estabilidade ao conteúdo do comando da decisão, isto é, à norma jurídica concreta nela contida. A sentença, ingressando em tal situação, reveste-se de atributo novo, denominado de autoridade da coisa julgada, que se adere à sentença (Oliveira, 2015, pp. 75-78).

Na legislação infraconstitucional, a coisa julgada é tratada entre os artigos 502 e 508 do CPC, estando a sua definição prevista no primeiro desses dispositivos, que denomina a

coisa julgada material² como “a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”.

Há, ainda, no âmbito doutrinário, a exigência de que a cognição seja exauriente para que se forme a coisa julgada. Isso decorre da necessidade de se possibilitar a participação de interessados e a detida análise do Judiciário nos argumentos e fundamentos expostos no processo, com base nos princípios constitucionais da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF), do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF) e da ampla defesa e contraditório (art. 5º, LV, da CF). Diante disso, Eduardo Talamini (2005, p. 54) afirma que “há uma vinculação constitucional da coisa julgada à cognição exauriente”.

Reforça a exigência do contraditório para o surgimento da coisa julgada o teor do art. 503, § 1º, II, do CPC, que exige, para a ocorrência de coisa julgada sobre questão prejudicial, o contraditório prévio e efetivo. Não seria razoável exigir o contraditório para tal caso, mas não para a coisa julgada sobre a questão principal.

A coisa julgada, portanto, é gerada pela ocorrência de um fato jurídico composto, de três elementos: “a) a decisão judicial de mérito (a ‘coisa’ precisa ser julgada); b) trânsito em julgado; c) cognição exauriente” (Oliveira, 2015, p. 79).

2.3 Limites e eficácias da coisa julgada

2.3.1 Limites objetivos da coisa julgada

Os limites objetivos revelam o que se torna imutável e indiscutível com a formação da coisa julgada. Sobre o assunto, são relevantes duas averiguações: a um, quais questões decididas pela sentença serão albergadas pela coisa julgada; e, a dois, o que do que for decidido se tornará indiscutível.

Em relação à primeira acepção dos limites objetivos da coisa julgada (“quais das questões decididas pela sentença serão albergadas pela coisa julgada”), o CPC, no *caput* do art. 503, afirma que a “decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida”. Por isso, deve-se ter uma ideia clara sobre qual é a questão principal do processo.

² Há corrente doutrinária, que parece ter razão, que critica a distinção entre coisa julgada material e formal, identificando esta como uma mera preclusão (Mitidiero, Oliveira, p. 272)

A questão principal está relacionada ao pedido e à causa de pedir, os quais constituem o mérito da causa e traçam os contornos do que será o objeto principal da demanda (Oliveira, 2015, p. 94). O juiz não pode fugir desses contornos postos por meio do exercício do direito de ação, para não afrontar o princípio dispositivo e, especificamente, os arts. 2º³, 141⁴ e 492⁵ do CPC, a não ser nos casos em que a lei e a jurisprudência pacífica admitem que o objeto litigioso do processo seja ampliado no curso da demanda, como no caso dos “pedidos implícitos, reconvenção, ação declaratória incidental, intervenção de terceiros, questões prejudiciais etc.” (Oliveira, 2015, p. 96).

Paulo Mendes de Oliveira (2015, p. 145) apresenta uma situação exemplificativa interessante para essa situação em que o juiz deve guardar respeito ao objeto da demanda:

Imagine-se a hipótese em que o contribuinte ajuíza uma ação anulatória de um específico lançamento tributário, alegando como causa de pedir a sua imunidade. Caso o pedido seja julgado procedente, a norma individual consignada na sentença dirá respeito apenas à desconstituição do ato administrativo, não sendo composta também de um preceito declaratório que reconhece a sua imunidade, pois tal juízo, em decorrência dos limites postulatórios delineados na petição inicial, ficou circunscrito à fundamentação do julgado. Assim, caso não estejam preenchidos os requisitos do art. 503, § 1.º, do CPC/2015, que estende a autoridade da coisa julgada às questões prejudiciais decididas expressa e incidentemente, não se terá uma decisão judicial sobre o ponto apta a regular relações futuras estabelecidas entre as partes. Em respeito ao princípio dispositivo, ao contraditório e à ampla defesa, não se pode cogitar em conferir eficácia prospectiva a tal sentença desconstitutiva. Diversa seria a hipótese se o autor postulasse expressamente a declaração da inexistência de relação jurídica tributária e, cumulativamente, a anulação do lançamento fiscal.

Sabe-se, pelo teor do *caput* do art. 503 do CPC, que a regra é que a coisa julgada recaia sobre a questão principal expressamente decidida. No entanto, o § 1º do mesmo dispositivo prevê a possibilidade de que, em casos específicos, também se proteja sob o manto da coisa julgada a resolução da questão prejudicial, que pode ser conceituada como “antecedente lógico e necessário da questão prejudicada, cuja solução condiciona o teor do julgamento da questão subordinada, trazendo ainda consigo a possibilidade de se constituir em objeto de processo autônomo” (Fernandes, 1988, p. 53).

³ Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

⁴ Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

⁵ Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Sob a égide do CPC/73⁶, a formação de coisa julgada sobre questão prejudicial exigia a propositura de ação declaratória incidental. Revolucionando, o art. 503 do CPC/2015 a previu, desde que⁷⁻⁸ dessa resolução dependa o julgamento do mérito; a seu respeito tenha havido contraditório prévio e efetivo; o juízo tenha competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal, bem como o rito processual não enseje restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.

Em relação à segunda acepção dos limites objetivos da coisa julgada (“o que do que for decidido se tornará indiscutível”), o art. 504, I e II, do CPC prevê que não fazem coisa julgada “os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença” e “a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença”. Com isso, consagrou-se o histórico entendimento de que somente o dispositivo da sentença de mérito torna-se imutável e indiscutível (Neves, 2021, p. 874).

Mesmo que o que conste da motivação do julgado não seja tocado pela autoridade da coisa julgada, não se pode retirar-lhe a importância para definir o alcance da decisão (Oliveira, 2015, p. 140), pois detém importantíssima função interpretativa.

2.3.2 Limites subjetivos da coisa julgada

Os limites subjetivos da coisa julgada dizem respeito à área de influência da coisa julgada, isto é, quem será submetido à autoridade da coisa julgada formada. Sobre o assunto, o art. 506 do CPC preceitua que “a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros”.

Para entender a ressalva constante da segunda parte do dispositivo (“[...] não prejudicando terceiros”), deve-se rememorar que a autoridade da coisa julgada não se confunde com os efeitos da sentença. Segundo Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.101), apenas as partes e os seus sucessores se submetem à autoridade da coisa julgada; os terceiros submetem-se apenas à eficácia da sentença – e não se sujeitam à coisa julgada propriamente

⁶ Art. 469. Não fazem coisa julgada:[...] III - a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.

⁷ Enunciado 165 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: A análise de questão prejudicial incidental, desde que preencha os pressupostos dos parágrafos do art. 503, está sujeita à coisa julgada, independentemente de provocação específica para o seu reconhecimento.

⁸ Enunciado 313 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: São cumulativos os pressupostos previstos nos §1º e seus incisos, observado o §2º do art. 503.

dita (STJ, 3.^a Turma, RMS 21.443/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 15.05.2007, DJ 01.10.2007, p. 269). A diferença prática é que, para esses terceiros, o comando da decisão de mérito transitada em julgado não é indiscutível ou imutável, podendo ser objeto de nova apreciação judicial.

Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.101) ainda apontam casos excepcionais à regra de que a coisa julgada não pode prejudicar terceiros:

Submetem-se à coisa julgada: i) o substituído, que fica vinculado com a atuação do substituto processual (art. 18, CPC); ii) o sucessor na coisa litigiosa (art. 109, § 3.º, CPC); e iii) o terceiro, credor ou devedor solidário, desde que o resultado do processo lhe tenha sido favorável e não fundado em qualidade especial ligada tão somente ao autor ou ao réu da demanda (art. 274, CC).

2.3.3 Limites temporais da coisa julgada

Paulo Mendes de Oliveira (2015, p. 109) apresenta duas formas de se identificar a limitação temporal da coisa julgada:

Foi possível identificar, pelo menos, duas formas de entender a limitação temporal da coisa julgada: a) definição do marco temporal a partir do qual as partes não mais poderiam alegar fatos novos no curso da demanda, fazendo com que fatos supervenientes sejam considerados não integrantes da eficácia preclusiva da coisa julgada. Uma espécie de termo a quo que extromete do alcance da coisa julgada os fatos ulteriores ocorridos; b) definição do marco temporal a partir do qual novos fatos não mais serão regidos pela decisão transitada em julgado e, por consequência, não estarão acobertados pela eficácia da coisa julgada. Nessa perspectiva, um termo *ad quem*, que assinala até quando fatos jurídicos futuros receberão os influxos da *res iudicata*.

A primeira concepção da limitação temporal é relacionada à eficácia preclusiva da coisa julgada, não sendo tão relevante para o objeto desta pesquisa. O entendimento da segunda concepção, por outro lado, é crucial.

Nesse segundo sentido, o estudo do limite temporal da coisa julgada é útil para entender até quando ela será eficaz, ou seja, até quando a coisa julgada tem aptidão para produzir efeitos práticos. Tendo lugar fatos novos, diversos daqueles apreciados na decisão, a norma jurídica concreta perderia a aptidão de reger fatos jurídicos futuros (Oliveira, 2015, p. 111). Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.101) assim lecionam sobre os limites temporais da coisa julgada:

Limites temporais. A coisa julgada vincula em dado espaço de tempo. Enquanto persistir o contexto fático-jurídico que deu lugar à sua formação, persiste a sua autoridade. Modificando-se, contudo, os fatos jurídicos sobre os quais se pronunciou o órgão jurisdicional, a coisa julgada não mais se verifica. É nesse sentido que se afirma que a coisa julgada nasce gravada com a cláusula rebus sic stantibus (STJ, 6.^a

Turma, Resp 30.216/SP, rel. Min. José Cândido de Carvalho Filho, j. 30.03.1993, DJ 24.05.1993, p. 10.023).

Parte da doutrina critica a tecnicidade do termo “limites temporais da coisa julgada”, afirmando que, nesses casos, não é a coisa julgada que deixa de produzir efeitos, mas apenas os novos fatos jurídicos que deixam de subsumir à norma estabilizada:

Não se trata de verificar ‘até quando’ devemos aplicar a decisão e, por consequência, sentir os efeitos da coisa julgada, pois o aspecto temporal é irrelevante para definir se a norma jurídica concreta se aplicará aos novos fatos, mas cuida-se de identificar os limites objetivos da coisa julgada antes formada, condição para a sua aplicação. (Oliveira, 2015, p. 146).

Realmente, a mudança dos fatos jurídicos não parece ser capaz de ceifar a imutabilidade e indiscutibilidade da decisão dentro dos seus limites objetivos, até porque, havendo, por exemplo, um retorno aos primeiros fatos com base nos quais foi proferida a decisão, ela poderá voltar a surtir efeitos, havendo um verdadeiro efeito repristinatório⁹.

2.3.4 Eficácia negativa da coisa julgada

O Código de Processo Civil, no art. 485, V, prevê que o juiz não resolverá o mérito quando reconhecer a existência de coisa julgada. Trata-se da eficácia negativa da coisa julgada, função que impede que a mesma demanda seja novamente submetida ao Judiciário em novo processo. Por demanda judicial, entende-se o imbróglio submetido à jurisdição com as mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido. Segundo Daniel Neves (2021, p. 871), deve se considerar a parte em sentido material, e não no sentido processual, de modo a impossibilitar a reprodução da demanda mesmo que haja alguma hipótese de substituição processual ou inversão de polos. Com isso, busca-se a economia processual e a harmonização dos julgados.

Mesmo que o art. 337, V, do CPC afirme que incumbe ao réu suscitar a existência de coisa julgada antes de discutir o mérito, essa matéria é pacificamente concebida como de ordem pública, de modo que, além de poder ser reconhecida de ofício pelo juiz, não está sujeita à preclusão temporal, embora, uma vez decidida e julgada ou não interpostos os recursos

⁹ Esse efeito repristinatório pode ser visualizado na seguinte situação: um contribuinte de IPVA recebe uma decisão judicial lhe garantindo isenção tributária *ad eternum*, com base na ilegalidade do regulamento do imposto em um determinado estado; tempo depois sobrevém uma lei no mesmo sentido do decreto reputado ilegal, sanando, portanto, o vício que impedia a cobrança da primeira vez; depois, o Supremo julga inconstitucional essa nova lei. Nesse caso, a antiga decisão volta a surtir seus efeitos, impedindo a tributação.

cabíveis, submete-se à preclusão consumativa, não podendo ser reapreciada, a teor do disposto nos artigos 505¹⁰ e 507¹¹ do CPC e da jurisprudência do STJ¹².

Havendo modificação das partes em sentido material, da causa de pedir ou dos pedidos, não há a replicação da mesma demanda anterior, sendo possível o novo julgamento.

No entanto, no caso de, no curso do processo, a coisa julgada anterior não ser reconhecida, e, nesse novo processo, também ser proferida sentença de mérito transitada em julgada, haverá o conflito de coisas julgadas, sendo intrincada a determinação de qual delas deverá prevalecer.

Segundo Daniel Neves (2021, p. 872), há dois posicionamentos mais notórios. Parte da doutrina entende que, devido à coisa julgada não poder ser afastada, salvo nas exceções previstas pela ação rescisória, a segunda coisa julgada é juridicamente inexistente, devendo sempre prevalecer a primeira.

Outra parte da doutrina, com a qual o referido doutrinador concorda, entende que a segunda coisa julgada, embora viciada, existe juridicamente, justificando isso com a lembrança de que o art. 966, IV, do CPC prevê a ação rescisória contra a decisão que “ofender a coisa julgada”, não sendo possível deconstituir decisão inexistente. Para os aliados a esse entendimento, durante o prazo decadencial de dois anos para a propositura da ação rescisória, prevalece a primeira coisa julgada, mas, decorrido tal prazo e atingida a qualidade de “coisa julgada soberana”, a segunda passa a prevalecer, pela máxima de que “posterior substitui anterior”.

2.3.5 Eficácia positiva da coisa julgada

No caso de processos com demandas diferentes, mas que tenham relação com a coisa julgada relativa a outro processo, deve haver respeito a ela. Sendo a segunda demanda diferente da primeira, o juiz daquele processo não estará impedido de julgar-lhe o mérito, mas deverá observar o que foi decidido anteriormente, não podendo decidir de forma distinta (Neves, 2021, p. 873).

¹⁰ Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo: [...]

¹¹ Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

¹² STJ, 3ª Turma, AgInt no AREsp 2.007.442/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Dje de 30/6/2022.

2.3.6 Eficácia preclusiva da coisa julgada

O art. 508 do CPC consagra a eficácia preclusiva da coisa julgada, ao prever que, com o trânsito em julgado da decisão de mérito, “considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido”.

Sempre que o enfrentamento dessas alegações e defesas puder acarretar uma decisão que contrarie a coisa julgada anteriormente formada, a sua eficácia preclusiva impede o novo julgamento meritório (Neves, 2021, p. 886). Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.101) ressaltam, contudo, que as alegações e defesas dedutíveis não estão acobertadas pelos limites objetivos da coisa julgada, razão pela qual podem ser livremente debatidas em outro processo, desde que, por essa via, não se procure ofender, ainda que obliquamente, a coisa julgada¹³.

As alegações e defesas que preluem com a formação da coisa julgada são apenas as que concernem ao mérito da causa e, sendo assim, à causa de pedir no processo em que transitada em julgado a sentença de mérito (Marinoni, Arenhart, Mitidiero, 2024, p. RL-1.101). Paulo Mendes de Oliveira (2015, p. 105) assim exemplifica:

Assim, para se fazer presente o pressuposto processual negativo da coisa julgada (tríplice identidade – partes, causa de pedir e pedido), é necessário que a lide objeto da segunda demanda (objeto litigioso do processo) seja exatamente a mesma apreciada na primeira, compondo o seu mérito, portanto, os mesmos fatos jurídicos e objeto já analisados. Caso não haja essa rigorosa identidade objetiva (e subjetiva) entre as duas demandas, não estará configurada a inviabilidade de processamento da segunda, bem como impensável qualquer tipo de aplicação da eficácia preclusiva da coisa julgada em relação aos fatos jurídicos diversos daqueles apreciados.

É possível dizer, portanto, que o efeito preclusivo da coisa julgada atua fora dos limites objetivos da coisa julgada, manifestando um âmbito de incidência suplementar (Oliveira, 2015, p. 104). Sobre o assunto, Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.101) assim lecionam:

Em suma: constitui o âmbito de incidência da eficácia preclusiva da coisa julgada: i) as questões que, nada obstante suscetíveis de conhecimento de ofício pelo juiz, por ele não foram examinadas; ii) as questões arguidas pelas partes, mas não efetivamente decididas pelo juiz; e iii) as questões que não foram arguidas pelas partes, mas que poderiam ter sido, por dizerem respeito ao mérito da causa. Os limites objetivos da coisa julgada apanham todas as questões efetivamente decididas pelo juízo constantes do mérito da causa (art. 503, CPC). A eficácia preclusiva, todas as questões que,

¹³ A título exemplificativo: STJ, 3.^a Turma, REsp 11.315/RJ, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 31.08.1992, DJ 28.09.1992, p. 16.425; STJ, 4.^a Turma, AgRg no REsp 1.204.324/RJ, rel. Min. Marco Buzzi, DJe 28.11.2016.

embora deduzidas pelas partes, não foram efetivamente decididas, e aquelas deduzíveis concernentes ao objeto litigioso do processo.

2.4 Peculiaridades da coisa julgada tributária

Em Direito Tributário, as relações jurídicas podem ser classificadas em instantâneas, sucessivas ou continuativas (Oliveira, 2015, p.121). Dependendo da espécie da relação submetida à jurisdição e da natureza da prestação jurisdicional postulada, a norma decorrente da decisão passada em julgada poderá reger apenas fatos passados ou, a depender do caso, fatos futuros.

2.4.1 Relações jurídicas instantâneas

As relações jurídicas instantâneas decorrem de fato gerador que “se esgota imediatamente, em um momento determinado e sem continuidade no tempo, ou que, embora resulte de fato temporalmente desdobrado, só atrai a incidência da norma quando estiver inteiramente formado” (Zavascki, 2012, p. 99).

Geralmente, as demandas que tratam sobre relações jurídicas instantâneas voltam-se a fatos pretéritos que não se projetam para o futuro. Exemplos típicos são as demandas repressivas ou exacionais, como as defesas técnicas em execuções fiscais, ações de repetição de indébito e ações anulatórias (Frota, 2020, p. 28). Nesses casos, o julgamento não poderá regular outro futuro auto de infração, mesmo que de semelhante teor, porque a norma contida na decisão só incide sobre os fatos jurídicos objeto do processo.

Acerca das relações jurídicas instantâneas, o enunciado n. 239 da súmula do STF prevê que a “decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores”. Esse verbete, ressalte-se, só se aplica se a decisão transitada em julgado houver decidido acerca de lançamento tributário relativo a exercício financeiro específico, e não sobre a existência da relação jurídica tributária de trato continuado¹⁴.

¹⁴ Nesse sentido: ARE 704.846 ED, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 28-5-2013, DJE de 8/8/2013 e AI 791.071 AgR-ED, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 18-2-2014, DJE de 18/3/2014.

2.4.2 Relações jurídicas de trato continuado: continuativas e sucessivas

A regra é de que a regulação de situações futuras ainda não consumadas não poderá ser submetida à jurisdição, porque, nesses casos, faltaria interesse processual à parte (Didier Jr., 2009, p. 432). No entanto, há exceções a essa regra, especialmente no caso das relações jurídicas de trato continuado, gênero do qual são espécies as relações jurídicas continuativas e as sucessivas¹⁵.

As relações jurídicas continuativas são permanentes, nascendo de um suporte de incidência consistente em um único fato ou situação que se prolonga no tempo (Zavascki, 2012, P. 100-101). Um exemplo é o parcelamento de débitos fiscais entre um contribuinte e a autoridade tributária. Nesse caso, o contribuinte possui uma dívida tributária que pode ser paga em parcelas ao longo do tempo, conforme as condições estabelecidas pelas normas tributárias e aprovadas pela autoridade competente. Essa relação jurídica se estende ao longo do período de pagamento das parcelas, durante o qual o contribuinte tem a obrigação de cumprir regularmente com os pagamentos acordados, e a autoridade tributária deve monitorar o cumprimento das condições estipuladas. Outro típico exemplo é o da relação jurídica a que se submetem contribuintes que gozam de benefícios fiscais por prazo certo e em função de determinadas condições, estipuladas junto ao ente tributante¹⁶.

Nas relações jurídicas sucessivas, por outro lado, há uma sucessão de relações jurídicas instantâneas que, por serem essencialmente semelhantes, merecem o mesmo tratamento pela norma jurídica concreta (Zavascki, 2012, p. 100), em nítida influência da eficácia positiva da coisa julgada, que garante a racionalidade sistêmica. Um típico exemplo é a relação em torno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os tributos sobre consumo em geral.

O gênero relaciona-se às ações declaratórias e aos mandados de segurança preventivos (Frota, 2020, p. 28), e as suas espécies se assemelham por terem o condão de reger fatos futuros, o que se chama de “eficácia prospectiva da coisa julgada”, que é explicada pela

¹⁵ Há parte da doutrina que não distingue o gênero, tratando-o unitariamente como relações jurídicas continuativas (Marinoni, Arenhart, Mitidiero, 2024, p. RL-1.101).

¹⁶ A título exemplificativo, tem-se os Termos de Acordo de Regime Especial (TAREs) firmados entre contribuintes e o Estado da Paraíba. Segundo o artigo 788 do RICMS/PB, o “Secretário de Estado da Receita poderá conceder, a requerimento da parte interessada, regime especial de tributação, bem como de concessão de inscrição, emissão, escrituração, dispensa de documentos e livros fiscais, apuração e recolhimento do imposto, transporte fracionado de mercadorias, outras obrigações acessórias, bem como os mecanismos e medidas de proteção à economia do Estado, inclusive as que visem ao apoio a novos empreendimentos, mediante a instituição de tratamentos 537 fiscais diferenciados, considerando as peculiaridades e circunstâncias das operações, de modo a justificar a adoção da medida”.

eficácia da sentença, que inibe o comportamento contrário dos sujeitos em relação a fatos jurídicos futuros, e pela eficácia positiva da coisa julgada, que impede que novos fatos, homogêneos aos apreciados judicialmente, sejam discutidos judicialmente (Oliveira, 2015, p. 125).

2.5 Meios tradicionais de superação da coisa julgada

Há, no ordenamento jurídico, instrumentos excepcionais que permitem a desconstituição da coisa julgada. No caso das relações estritamente tributárias, esse mecanismo é, principalmente, o da ação rescisória, que tem assento constitucional, nos arts. 102, I, “j”, 105, I, “e”, e 108, I, “b”, da Constituição Federal.

Portanto, alcançada a indiscutibilidade da coisa julgada em demandas que versem sobre relações tributárias instantâneas ou de trato continuado, suas hipóteses de rescisão são aquelas previstas para o cabimento da ação rescisória (Oliveira, 2015, p. 147).

A ação rescisória é uma ação autônoma de impugnação que busca desconstituir decisões judiciais que tenham gerado coisa julgada, daí ser considerada uma excepcional hipótese, legalmente prevista, de “relativização da coisa julgada” (Neves, 2021, p. 1472).

Parte da doutrina apresenta a ação rescisória como um mecanismo que desprestigia a segurança jurídica em prol da justiça (Neves, 2021, p. 1472). Todavia, essa visão que contrapõe a ação rescisória à segurança não é unânime. Por exemplo, Tércio Sampaio Ferraz Jr. (2005, p. 271), em sentido contrário, afirma que “quando o direito, em casos expressos e limitados, autoriza a rescisão da coisa julgada, ele não o faz contra a segurança, mas em favor da segurança”.

Há, no entanto, hipóteses em que sentenças qualificadas pela coisa julgada deixam de produzir efeitos, mesmo não rescindidas pela ação rescisória: quando há a “coisa julgada inconstitucional” e quando ocorrem alterações do panorama fático-jurídico, impossibilitando que os novos fatos jurídicos se subsumam à norma estabilizada. Esse é o objeto de capítulo à frente.

3 SISTEMA DE PRECEDENTES BRASILEIRO

Como visto no capítulo anterior, a alteração do panorama fático-jurídico com base no qual foi erigida a coisa julgada faz com que ela deixe de produzir efeitos práticos, já que a norma formada não mais será subsumível aos fatos de então adiante verificáveis. Afinal, como afirmam Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.101):

A coisa julgada vincula em dado espaço de tempo. Enquanto persistir o contexto fático-jurídico que deu lugar à sua formação, persiste a sua autoridade. Modificando-se, contudo, os fatos jurídicos sobre os quais se pronunciou o órgão jurisdicional, a coisa julgada não mais se verifica.

Não há dúvida, portanto, de que a alteração do cenário fático-jurídico impacta a coisa julgada. A grande questão, todavia, é saber se a alteração de jurisprudência – ou o estabelecimento de um precedente – configura, ou não, uma mudança nas circunstâncias fático-jurídicas apta a ceifar os efeitos práticos da coisa julgada. Para tanto, é necessário entender a força das decisões judiciais das cortes de vértice brasileiras.

3.1 Breve panorama sobre o sistema brasileiro de precedentes

Um ponto que difere o sistema jurídico brasileiro de outros sistemas tradicionais de *civil law* – especialmente dos da maioria dos países da Europa continental – é que, no Brasil, o controle de constitucionalidade é um poder-dever de qualquer juiz ou tribunal, e não apenas do Supremo Tribunal Federal na condição de tribunal constitucional (Marinoni, 2022, p. 57).

A grande quantidade de órgãos jurisdicionais livres para controlar a constitucionalidade das leis possibilita, inevitavelmente, que casos semelhantes sejam julgados de maneira distinta, o que afronta a segurança jurídica e, consequentemente, o Estado democrático de direito.

Sem tratar sobre a realidade brasileira especificamente, Mauro Cappelletti (1968, p. 62) afirma que da ausência de um sistema de precedentes obrigatórios pode advir uma grave situação de incerteza jurídica e de conflito entre órgãos jurisdicionais. Isso conspira contra a racionalidade da distribuição da justiça e contra a efetividade da jurisdição, por incentivar a propositura de ações para se encerrar – apenas no caso em apreço – a ausência de certeza jurídica (Marinoni, 2022, p. 60).

Na situação brasileira, é nítida a necessidade de um sistema de precedentes, porque haveria “absoluta falta de lógica em dar ao juiz a possibilidade de negar o significado atribuído

à Constituição pela Corte de vértice” (Marinoni, 2022, p. 57). Exige-se, assim, uma unidade do direito.

Não que as decisões das cortes superiores sejam necessariamente melhores que a das cortes inferiores, mas a impossibilidade material de se constatar de modo absoluto a verdadeira interpretação de uma lei obscura exige, para manter a certeza e a igualdade do direito, considerar como interpretação verdadeira da lei a que assim for eleita pelo órgão unificador da jurisprudência (Calamandrei, 1994, p. 110). É imprescindível que haja uma definição, para que se proporcione um mínimo de segurança. Sobre isso, assim leciona Daniel Mitidiero (2012, p. 69-70):

A necessidade de seguir precedentes não pode ser *seriamente* contestada no Estado Constitucional. Estado Constitucional é Estado em que há *juridicidade e segurança jurídica*. A *juridicidade* – todos abaixo do Direito – remete à justiça, que de seu turno remonta à *igualdade*. A juridicidade tem de ser dotada de *racionalidade*, o que conduz à necessidade de *coerência* – ou melhor, como lembra a doutrina, de “dupla coerência” (double coherence). O direito à segurança jurídica constitui direito à certeza, à estabilidade, à confiabilidade e à efetividade das situações jurídicas.

Com base nessas razões, o papel do juiz do *civil law* brasileiro, paulatinamente, aproximou-se da atuação do juiz de *common law* estadunidense (Marinoni, 2022, p. 78). Nesse contexto, o Código de Processo Civil de 2015 prestigiou a ideia de respeito aos precedentes, com o fito de racionalizar o sistema e conferir segurança aos jurisdicionados, especialmente pelo sistema de precedentes obrigatórios previsto no art. 927 do CPC.

3.2 Precedentes no sistema jurídico brasileiro

A tecnicidade não permeia, muitas vezes, o trabalho do legislador. Afinal, como alerta Paulo de Barros Carvalho (2012, p. 30), ao comentar o art. 4º, I, do Código Tributário Nacional¹⁷, as leis não são feitas por cientistas do Direito e sim por políticos, razão pela qual o produto do seu trabalho pode não trazer rigor técnico:

Manifesta o legislador, no inc. I, uma extraordinária lucidez, ao declarar que suas palavras não devem ser levadas ao pé da letra. Os nomes com que venha a designar prestações pecuniárias que se quadrem na definição do art. 3º do Código Tributário Nacional hão de ser recebidos pelo intérprete sem aquele tom de seriedade e de certeza que seria de esperar.

Porque, no fundo, certamente pressentiu que, utilizando uma linguagem natural, penetrada das imperfeições da comunicação cotidiana, muitas vezes iria enganar-se, perpetuando equívocos e acarretando confusões. E é justamente o que acontece.

¹⁷ Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei; [...];

As leis não são feitas por cientistas do Direito e sim por políticos, pessoas de formação cultural essencialmente diversificada, representantes que são dos múltiplos setores que compõem a sociedade.

O produto de seu trabalho, por conseguinte, não trará a marca do rigor técnico e científico que muitos almejam encontrar. Seria como se tivesse dito: Não levem às últimas consequências as palavras que enuncio, porque não sou especialista. Compreendam-me em função da unidade sistemática da ordem jurídica.

Em raríssimas ocasiões vimos vibrar com tamanha franqueza a sensibilidade política do legislador. Prestigiemo-la, portanto.

O Código de Processo Civil, não diferente, vale-se de forma atécnica das expressões como “precedente”, “jurisprudência” e “súmula” (Neves, 2021, p. 1393), pelo que é relevante a sua distinção.

Segundo Marinoni (2022, p. 155), pode-se conceituar precedente como a “primeira decisão que, ao menos por maioria, decide a questão de direito ou [...] definitivamente a delinea, deixando-a cristalina”. Diante disso, extrai-se que, embora todo precedente seja uma decisão, nem toda decisão se torna precedente, seja porque não trata essencialmente de matéria de direito, seja porque não enfrentou todos os principais argumentos, ou, ainda, porque, não obstante o órgão tenha chegado ao mesmo resultado – de procedência ou de improcedência –, os fundamentos das razões individuais não convergiram.

Fredie Didier Jr. (2015, p. 442) afirma que, em sentido estrito, o precedente pode ser definido como sendo a própria *ratio decidendi* – ou *holding* –, isto é, os fundamentos jurídicos que sustentam a decisão, ou, segundo Cruz e Tucci (2004, p. 175) “a essência da tese jurídica suficiente para decidir o caso concreto (*rule of law*)”.

A súmula, por outro lado, é o enunciado do tribunal acerca do seu entendimento formalizado por um procedimento administrativo. Como o próprio texto da súmula não é elaborado por meio de colaboração em contraditório, não tem as mesmas garantias de um precedente (Marinoni, 2022, p. 155), além de que, pelas suas poucas linhas, forçosamente as circunstâncias do caso que levaram à sua edição são neutralizadas (Marinoni, 2022, p. 156). Sobre o assunto, Marinoni (2022, p. 286) adverte:

Note-se, porém, que a súmula é o enunciado da tese de direito e não pode, como é óbvio, explicar os motivos da adoção da tese em face de uma determinada situação concreta. Ao contrário, a *ratio decidendi* ou os fundamentos determinantes de uma decisão espelham não apenas uma tese de direito, mas, mais propriamente, a racionalidade da tese em face de determinada moldura fática. Uma súmula obviamente não tem condições de refletir a racionalidade da argumentação própria a um precedente.

Por essas razões, Freddie Didier Jr. (2015, p. 464) afirma que observar os enunciados de súmula é, na verdade, observar a *ratio decidendi* dos precedentes que os

originaram, falando-se em “observância ao enunciado” apenas por uma opção de brevidade e facilitação do discurso.

Essa mesma cautela deve ser tomada em relação à observância das teses fixadas em sede de recursos especiais repetitivos e de recursos extraordinários com repercussão geral. A tese jurídica produzida não pode ultrapassar os limites das questões jurídicas presentes no caso concreto, sob o risco de englobar situações que não foram submetidas ao crivo do contraditório (Barinoni, Alvim, 2019, p. RR-7.4).

As súmulas e as teses, portanto, não se confundem com a *ratio decidendi* dos precedentes, embora seja louvável que aquelas as representem, como lecionam Rodrigo Barinoni e Teresa Arruda Alvim (2019, p. RR-7.6):

A *ratio decidendi*, evidentemente, é conceito muito mais abrangente (do ponto de vista da sua potencialidade de atingir um número muito maior de casos) do que o de tese jurídica, tal como este tem sido usado pelos Tribunais Superiores. A sua amplitude decorre da circunstância de ser muito mais abstrata, porque passível de ser discutida e moldada no caso subsequente, a partir do contraditório efetivo. O ideal, portanto, é que a tese jurídica seja formulada de molde a representar o conteúdo parcial da própria *ratio decidendi*, uma hipótese de incidência, permitindo que a decisão seja concretizada para o caso do recurso afetado e de todos os demais que tenham tido seus procedimentos suspensos, de antemão, porque tratam de questão jurídica idêntica.

A jurisprudência, por seu turno, é o resultado de um conjunto de decisões judiciais no mesmo sentido sobre uma mesma matéria proferidas pelos tribunais (Neves, 2021, p. 1394). Sobre ela, é importante trazer à tona o dever, posto no art. 926 do CPC, de os tribunais uniformizarem e manterem-na estável, íntegra e coerente. E a razão disso não se limita à garantia de segurança jurídica aos jurisdicionados, mas também visa a fortalecer as instituições:

Em verdade, o Poder Judiciário mantém sagrado compromisso com a justiça e a segurança. Se deixarmos que nossa jurisprudência varie ao sabor das convicções pessoais, estaremos prestando um desserviço a nossas instituições. Se nós, os integrantes da Seção não observarmos as decisões que ajudamos a formar, estaremos dando sinal para que os demais órgãos judiciários façam o mesmo. (STJ, 2ª Seção, AgRg nos EREsp 593.309/DF, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 26.10.2005, DJe 23.11.2005, p. 154)

O impacto de um precedente no ordenamento jurídico pode variar. A doutrina costuma classificar os precedentes judiciais quanto à autoridade, distinguindo os precedentes obrigatórios (ou vinculantes) dos precedentes persuasivos.

Os precedentes obrigatórios são aqueles cuja autoridade vinculante independe da opinião do juiz do caso em julgamento, que deve segui-lo mesmo não estando convencido do seu acerto (Ataíde Jr., 2011, p. 93). Por outro lado, precedentes persuasivos, que constituem a regra no direito brasileiro, são todos aqueles que não forem obrigatórios e aos quais o juiz do

caso em julgamento só o segue quando estiver convencido da bondade da posição assumida, sem que seja obrigado a levá-lo em consideração (Ataíde Jr., 2011, p. 95). O Superior Tribunal de Justiça vem corroborando a utilização dessa classificação:

[...] 3. O julgador não é obrigado a discorrer sobre todos os argumentos levantados pelas partes, mas sim decidir a contento, nos limites da lide que lhe foi proposta, fundamentando o seu entendimento de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

4. Com exceção dos precedentes vinculantes previstos no rol do art. 927 do CPC, inexistente obrigação do julgador em analisar e afastar todos os precedentes, acórdãos e sentenças, suscitados pelas partes. [...]

(AgInt no AREsp n. 1.427.771/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/6/2019, DJe de 27/6/2019.)

[...] 3- A regra do art. 489, §1º, VI, do CPC/15, segundo a qual o juiz, para deixar de aplicar enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, deve demonstrar a existência de distinção ou de superação, somente se aplica às súmulas ou precedentes vinculantes, mas não às súmulas e aos precedentes apenas persuasivos. Precedente. [...]

(REsp n. 1.892.941/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 1/6/2021, DJe de 8/6/2021.)

[...] 1. A interpretação sistemática do Código de Processo Civil, notadamente a leitura do art. 927, que dialoga diretamente com o 489, evidencia que "precedente" abarca somente os casos julgados na forma qualificada pelo primeiro comando normativo citado, não tendo o termo abarcado de maneira generalizada qualquer decisão judicial.

2. A indicação de julgado simples e isolado não ostenta a natureza jurídica de "súmula, jurisprudência ou precedente" para fins de aplicação do art. 489, §1º, VI, do CPC. [...]

(AREsp n. 1.267.283/MG, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 27/09/2022, DJe de 26/10/2022)

3.3 Padrões decisórios vinculantes no Código de Processo Civil

Marinoni (2022, p. 288) entende que, para que se conclua que os precedentes das Cortes Supremas devam ser observados pelos juízes e tribunais, basta atentar à tarefa constitucional conferida ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça de dar unidade, respectivamente, à matéria constitucional e à matéria infraconstitucional. Para esse doutrinador, portanto, não é necessário que um dispositivo do Código de Processo Civil determine à magistratura ordinária o dever de observância às decisões dos Tribunais Excepcionais.

Outra parte da doutrina, porém, defende que só devem ter eficácia vinculante a decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade e as súmulas vinculantes, por expressas determinações constitucionais, respectivamente, no art. 102,

§ 2º¹⁸, e no art. 103-A, *caput*¹⁹. Nesse contexto, qualquer legislação infraconstitucional que reputasse eficácia vinculante a outros precedentes ou súmulas estaria eivada de inconstitucionalidade (Bueno, 2015, p. 538).

De toda sorte, por opção político-legislativa, o Código de Processo Civil de 2015 relacionou em um dispositivo específico, o art. 927, os pronunciamentos judiciais que devem ser observados por juízes e tribunais em decisões posteriores, comumente chamados de “precedentes obrigatórios”²⁰ (Barinoni, Alvim, 2019, p. RR-7.2):

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:
 I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
 II - os enunciados de súmula vinculante;
 III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;
 IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;
 V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.
 [...]

É natural que as decisões em sede de controle concentrado (art. 927, I, do CPC), tenham eficácia vinculante *erga omnes*. A questão, porém, fica quanto ao inciso III do art. 927 do CPC, especialmente quanto às resoluções de recursos excepcionais – extraordinário e especial – submetidos à sistemática de repetitivos.

Com a certa equiparação, em relação a alguns efeitos, entre o regime de controle concentrado-abstrato de constitucionalidade e o regime de controle difuso-concreto submetido à sistemática dos repetitivos, vê-se uma tendência de “abstrativização do controle concreto” ou, segundo Ana Paula de Barcellos (2019, p. 622) de “objetivação do controle difuso”:

Na realidade, e como já referido, há em curso no país um processo de aproximação dos mecanismos de controle difuso e incidental relativamente àqueles típicos do controle concentrado e abstrato, e essa aproximação se dá, principalmente, por meio do que se denomina ‘objetivação’ do controle difuso e incidental, isto é, a atribuição

¹⁸ § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

¹⁹ Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 11.417, de 2006).

²⁰ Entre aspas, porque, como visto, a súmula em si não é tecnicamente um precedente, razão pela qual Alexandre Câmara (2018, p. 221) insiste em chamar os componentes do rol de “padrões decisórios vinculantes”, em vez de precedentes vinculantes ou obrigatórios.

de efeitos gerais e em alguns casos vinculantes às decisões proferidas em sede de controle difuso e incidental.

A implementação da sistemática dos repetitivos no sistema jurídico brasileiro foi um dos meios adotados pelo legislador para garantir a unidade do Direito, só atingível em um sistema de *civil law* por meio do respeito aos precedentes (Oliveira, 2015, p. 187). Estruturou-se o sistema processual brasileiro para que os tribunais superiores definam o sentido do Direito. Sobre essas mudanças, assim lecionam Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.182)

O novo Código procura enfrentar o problema dos casos repetitivos mediante a concentração de julgamento – seja nas Cortes de Justiça (Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça), mediante o incidente de resolução de demandas repetitivas (arts. 976 a 987, CPC), seja nas Cortes Supremas (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), mediante recursos extraordinários e recursos especiais repetitivos (arts. 1.036 a 1.041, CPC) – e através da previsão da possibilidade de técnicas de diferenciação do procedimento comum para o trato desses casos de rotina (arts. 12, § 2.º, II, 311, II, 332, II, 496, § 4.º, II, 521, IV, 932, IV, b, 932, V, b, 955, parágrafo único, II, 988, IV, 998, parágrafo único, 1.022, parágrafo único, I, CPC), inclusive com a viabilização de técnicas que confluem para facilitação da formação de precedentes das Cortes Supremas e com a outorga de força vinculante à jurisprudência das Cortes de Justiça para estimular a compatibilização horizontal e vertical das decisões judiciais (art. 927, III, CPC).

4 COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E PRECEDENTES

Entendido o papel que as decisões judiciais das cortes de vértice vêm tomando no sistema jurídico brasileiro, importa saber o impacto que elas podem ter sobre coisas julgadas formadas.

4.1 Coisa julgada posterior ao precedente contrário

Quando a coisa julgada é fundada em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, antes do trânsito em julgado da decisão exequenda, há o que se chama de “coisa julgada inconstitucional” (Neves, 2021, p. 887).

O art. 525, § 12, e o art. 535, §5º, ambos do CPC preveem que, na impugnação ao cumprimento de sentença, o executado poderá arguir a inexigibilidade da obrigação por ser fundada em lei ou ato normativo declarado inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado ou difuso de constitucionalidade, antes do trânsito em julgado da decisão exequenda:

Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

§ 1º Na impugnação, o executado poderá alegar:

[...]

III - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

[...]

§ 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

§ 13. No caso do § 12, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal poderão ser modulados no tempo, em atenção à segurança jurídica.

§ 14. A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no § 12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.

[...]

Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:

[...]

III - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

[...]

§ 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

De acordo com Daniel Neves (2021, p. 888), para fins de aplicação desse dispositivo, a declaração de inconstitucionalidade realizada pelo Supremo Tribunal Federal poderá ocorrer de três formas distintas:

- (a) redução de texto, quando a lei é declarada inconstitucional para todos os fins e desaparece do ordenamento jurídico;
- (b) aplicação da norma à situação considerada inconstitucional, quando ela será válida para certas situações e inválida para outras;
- (c) interpretação conforme a Constituição, quando, havendo mais de uma interpretação possível, somente uma delas for considerada constitucional.

Há certa controvérsia na doutrina sobre se, nesse caso específico, ceifa-se a eficácia ou a validade da sentença. Parcela da doutrina entende que a literalidade do dispositivo retira a eficácia da coisa julgada retroativamente, de modo a afastar o efeito executivo da sentença condenatória (Greco, 2008, p. 45). Outra parte da doutrina entende que se atinge o plano da validade, gerando a desconstituição da sentença, uma vez que a alegação de inconstitucionalidade da norma em que se fundou a sentença refere-se a seu mérito, e não a aspectos formais do título executivo (Neves, 2021, p. 889).

Luiz Guilherme Marinoni entende pela razoabilidade desses dispositivos que relativizam a coisa julgada no processo em que foi desconsiderado o valor precedental das decisões do Supremo Tribunal Federal. Segundo o seu entendimento, a “coisa julgada não merece proteção quando o juízo não é legítimo, isto é, quando é formado mediante desconsideração de precedente constitucional” (Marinoni, Arenhart, Mitidiero, 2024, p. RL-1.105).

Não obstante parcela minoritária da doutrina entenda pela inconstitucionalidade desses dispositivos, por serem infraconstitucionais e flexibilizarem a coisa julgada, que é instituto de nível constitucional (Nery Jr., Nery, 2004, p. 1156), o Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de validá-los no julgamento da ADI 2.418 (Pleno, rel. Min. Teori Zavascki, julgada em 04/05/2016), que, inclusive, serviu para a fixação de critérios para a utilização da regra:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE DAS NORMAS ESTABELECENDO PRAZO DE TRINTA DIAS PARA EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ART. 1º-B DA LEI 9.494/97) E PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS PARA AÇÕES DE INDENIZAÇÃO CONTRA PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO E PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ART. 1º-C DA LEI 9.494/97). LEGITIMIDADE DA NORMA PROCESSUAL QUE INSTITUI HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL EIVADO DE INCONSTITUCIONALIDADE QUALIFICADA (ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 475-L, § 1º DO CPC/73; ART. 525, § 1º, III E §§ 12 E 14 E ART. 535, III, § 5º DO CPC/15). [...]

3. São constitucionais as disposições normativas do parágrafo único do art. 741 do CPC, do § 1º do art. 475-L, ambos do CPC/73, bem como os correspondentes dispositivos do CPC/15, o art. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, o art. 535, § 5º. São dispositivos que, buscando harmonizar a garantia da coisa julgada com o primado da Constituição, vieram agregar ao sistema processual brasileiro um mecanismo com eficácia rescisória de sentenças revestidas de vício de inconstitucionalidade qualificado, assim caracterizado nas hipóteses em que (a) a sentença exequenda esteja fundada em norma reconhecidamente inconstitucional – seja por aplicar norma inconstitucional, seja por aplicar norma em situação ou com um sentido inconstitucionais; ou (b) a sentença exequenda tenha deixado de aplicar norma reconhecidamente constitucional; e (c) desde que, em qualquer dos casos, o reconhecimento dessa constitucionalidade ou a inconstitucionalidade tenha decorrido de julgamento do STF realizado em data anterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda.

4. Ação julgada improcedente.

Portanto, com base nas definições postas pelo Supremo, reafirmadas no RE 611.503, *leading case* do tema 360 da repercussão geral²¹ (Pleno, Rel. p/ o acórdão Min. Edson Fachin. DJe 19.03.19), pode haver a relativização da coisa julgada inconstitucional, isto é, aquela que foi erigida com base em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais ou tenha deixado de aplicar norma reconhecida constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, antes do trânsito em julgado da decisão exequenda.

Registre-se que, segundo Neves (2021, p. 892) a irrisignação contra título em impugnação ao cumprimento de sentença é uma mera faculdade, também sendo admissível o ajuizamento de ação rescisória e de ação declaratória autônoma com a mesma finalidade, mesmo após a satisfação do exequente, inclusive com o cabimento de eventual pedido de repetição de indébito. O STF, na ADI 2.418 (Pleno, rel. Min. Teori Zavascki, julgada em 04/05/2016), já citada, também assentou essa possibilidade:

8. Tanto o parágrafo único do art. 741 do CPC/73, quanto o § 1.º do seu art. 475-L, com redação semelhante, vieram agregar às hipóteses de rescisão dos julgados, até então elencadas no art. 485 do CPC/73 e veiculáveis por ação rescisória, um novo mecanismo de oposição a sentenças com trânsito em julgado, cujo fundamento é um peculiar vício de inconstitucionalidade da sentença exequenda, consistente na sua contrariedade a decisão do STF em controle de constitucionalidade, vício esse cuja invocação pode se dar, conforme o caso, por ação autônoma de embargos à execução (art. 741, parágrafo único) ou por impugnação ao cumprimento da sentença (art. 475-L, § 1º). Em qualquer das hipóteses, as consequências são semelhantes: tanto a procedência da ação rescisória, como a procedência dos embargos à execução ou do

²¹ Tese de repercussão geral fixada: “São constitucionais as disposições normativas do parágrafo único do art. 741 do CPC, do § 1º do art. 475-L, ambos do CPC/73, bem como os correspondentes dispositivos do CPC/15, o art. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, o art. 535, § 5º. São dispositivos que, buscando harmonizar a garantia da coisa julgada com o primado da Constituição, vieram agregar ao sistema processual brasileiro um mecanismo com eficácia rescisória de sentenças revestidas de vício de inconstitucionalidade qualificado, assim caracterizado nas hipóteses em que (a) a sentença exequenda esteja fundada em norma reconhecidamente inconstitucional – seja por aplicar norma inconstitucional, seja por aplicar norma em situação ou com um sentido inconstitucionais; ou (b) a sentença exequenda tenha deixado de aplicar norma reconhecidamente constitucional; e (c) desde que, em qualquer dos casos, o reconhecimento dessa constitucionalidade ou a inconstitucionalidade tenha decorrido de julgamento do STF realizado em data anterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda”.

incidente de impugnação inibem a prática dos atos executivos da sentença atacada e impõem a extinção do processo de execução.

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai do voto do relator Min. Marco Aurélio Bellizze, no julgamento do REsp 1.782.867/MS pela Segunda Seção:

Portanto, a inexigibilidade da sentença, decorrente de sua inconstitucionalidade, passível de arguição em impugnação ao cumprimento de sentença (ou nos embargos à execução contra a Fazenda Pública), exige que a lei ou o ato normativo em que se baseia o título judicial tenha sido declarado inconstitucional pelo STF anteriormente ao trânsito em julgado. Se posterior, a coisa julgada material, como expressão da própria supremacia do ordenamento constitucional e como elemento inerente à existência do Estado Democrático de Direito, não comporta modificação.

Como já antecipado, a alegação consistente na existência de sentença inconstitucional também pode, em tese, ser veiculada por meio de ação anulatória (querela nullitatis insanabilis). Sua admissão, contudo, há de observar, necessariamente, as mesmas hipóteses de cabimento e condições de procedência para a desconstituição da coisa julgada por inconstitucionalidade de norma em que ela se baseia, explicitadas nos precedentes citados, atinentes aos arts. 475-L, § 1º, e 741, parágrafo único, do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, 535, § 5º, CPC/2015), já que são estes os parâmetros dados pela jurisprudência do STJ e do STF para regular a questão.

O cabimento da ação rescisória, quando a decisão transitada em julgado desrespeita entendimento previamente estabelecido pelo Supremo, é justificado pela hipótese do art. 966, V, do CPC, porque a negação de norma dotada de efeito vinculante caracteriza, indubitavelmente, violação manifesta de norma jurídica (Marinoni, 2021, p. 1156).

4.2 Coisa julgada anterior ao precedente contrário

O caso da superveniência de um precedente contrário a uma coisa julgada anteriormente formada é objeto de intenso debate doutrinário e jurisprudencial, porque envolve certo embate entre a consagração do instituto constitucional da coisa julgada e o estabelecimento infraconstitucional de flexibilizações, com o fito de garantir maior eficácia às decisões da Corte Suprema e maior isonomia aos jurisdicionados.

Como visto no item anterior, o art. 525, § 14º, do CPC veda expressamente que um precedente posterior do Supremo Tribunal Federal impeça a execução da sentença – só tendo o condão de fazê-lo se o referido precedente for anterior ao trânsito em julgado da decisão. Todavia, embora esse precedente superveniente não possa sustar a execução do julgado, pode servir de fundamento para o ajuizamento de ação rescisória, conforme os arts. 525, § 15º, e 535, § 8º, do CPC:

Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

[...]

§ 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

[...]

§ 15. Se a decisão referida no § 12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal

[...]

Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:

[...]

§ 5º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

[...]

§ 8º Se a decisão referida no § 5º for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Sobre o assunto, em sede de julgamento do tema 733 da repercussão geral, sob a relatoria do min. Teori Zavascki, ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973 – em que não havia nenhum termo especial para contagem do prazo da rescisória, como claramente se vê no CPC de 2015 –, o Supremo Tribunal Federal entendeu que, mesmo havendo o posterior controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em dissonância com decisão anterior transitada em julgado, é imprescindível o ajuizamento de ação rescisória para rescindir a coisa julgada anterior, exarando a seguinte tese:

A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495).

Portanto, com base em manifestação expressa do Supremo em sede de repercussão geral, mesmo com a superveniência de um precedente superior contrário, a coisa julgada anterior permanece hígida, só podendo haver qualquer rescisão por meio de nova decisão em sede da competente ação rescisória.

No entanto, como será devidamente evidenciado em tópico posterior, essa regra não se destina, especificamente, aos efeitos prospectivos da coisa julgada, quando a decisão

transitada em julgada rege relação jurídica de trato continuado. Isso foi devidamente ressaltado no item 4 da ementa²² do *leading case* do tema 733 da repercussão, o RE 730462 (Pleno, rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 28.05.2015).

No que toca ao prazo para o ajuizamento da ação rescisória, os arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do Código de Processo Civil de 2015 inovam ao permiti-la no prazo bienal contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo STF – e não do trânsito em julgado da decisão rescindenda, que é a regra. Esse prazo diferenciado gerou divergências doutrinárias quanto à constitucionalidade.

José Miguel Garcia Medina (2023, p. RB-14.2) entende que não há nenhum impedimento para que a lei preveja prazo específico para a ação rescisória no caso em apreço, embora também interprete esses dispositivos conforme a constituição, para exigir modulação de efeitos pautada no art. 525, §13º, do CPC, quando razões de segurança jurídica assim exigirem²³:

Não consideramos a coisa julgada valor constitucional absoluto. É a lei que delinea as condições que devem estar presentes para que a decisão faça coisa julgada, podendo-se mesmo afirmar que, ausentes algumas dessas condições, uma dada decisão judicial não adquira tal qualidade (p. ex., cf. art. 304, § 6º do CPC/2015). A lei também pode definir os casos em que decisões transitadas em julgado podem ser rescindidas. Importa que as hipóteses em que a decisão não faz coisa julgada e em que a decisão transitada em julgado possa ser desfeita sejam previstas, com clareza, no sistema jurídico. Sendo assim, restará atendida a segurança jurídica, valor constitucional inerente ao Estado de Direito, que se traduz em estabilidade e previsibilidade dos atos oriundos dos órgãos jurisdicionais.

A luz dessas premissas, nada impede que decisões transitadas em julgado fundadas em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF em controle abstrato e concreto sejam rescindíveis, e se preveja prazo específico para que a ação rescisória seja ajuizada, no caso.

Poderia a lei, p. ex., definir prazo de cinco (e não dois) anos a contar do trânsito em julgado das decisões anteriores para que se ajuizasse ação rescisória. Optou o legislador, porém, por outro caminho: estabelecer que o termo a quo do prazo para o ajuizamento da ação rescisória coincidirá com o da declaração de inconstitucionalidade da lei, pelo STF (cf. art. 525, § 15 e art. 535, § 8º do CPC/2015). No entanto, o texto do § 15 do art. 525 (e do § 8º do art. 535) do CPC/2015 deve ser interpretado em conformidade com a Constituição e, também, lido

²² “Ressalva-se desse entendimento, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado.”

²³ Sobre a necessidade de modulação para não comprometer a segurança jurídica, Medina (2023, p. RB-14.2) assim leciona: “Pode suceder, por exemplo, que a lei em que se baseou decisão judicial venha a ser considerada inconstitucional pelo STF muitos anos depois de sua edição. Em tal caso, se o STF declarar a inconstitucionalidade de texto legal existente há vinte, ou trinta anos, sem *modular* os efeitos de tal declaração, criar-se-á um ambiente não apenas de insegurança, mas de verdadeiro caos jurídico, pois isso tornará potencialmente rescindíveis todas as decisões que se basearam na lei considerada inconstitucional. É imprescindível, assim, na vigência do CPC/2015, que, ao decidir sobre a inconstitucionalidade de uma lei, o STF pronuncie-se expressamente sobre o alcance temporal de sua decisão, modulando-os no tempo, em atenção à segurança jurídica, definindo o termo inicial do prazo para ajuizamento de ação rescisória a que se referem o § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do CPC/2015. No caso, pois, damos ao § 15 do art. 525 (e ao § 8º do art. 535) do CPC/2015 interpretação conforme à Constituição, e, também, coerente com o que dispõe o § 13 do art. 525 (e ao § 6º do art. 535) da lei processual.

em consonância com o § 13 do art. 525 do CPC/2015 (bem como o § 6º do art. 535 do CPC/2015), de modo a não comprometer a segurança jurídica.

Por outro lado, Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2024, p. RL-1.105) afirmam que esse dispositivo claramente carece de constitucionalidade. Nesse entendimento, a decisão fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional é uma decisão legítima – diferentemente, por exemplo, da decisão que desconsiderou precedente anterior –, não sendo possível admitir a retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada, pois isso nada mais seria do que negar a autonomia da interpretação judicial em face da lei e o próprio controle difuso de constitucionalidade.

Ademais, sobre o prazo específico para a propositura da ação rescisória previsto nos arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do CPC, o qual seria de dois anos, contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, Luiz Guilherme Marinoni critica veementemente a ideia de uma ação rescisória atemporal:

Pior do que isso, o § 15, do art. 525, do CPC, implica subordinar a estabilidade da coisa julgada a uma verdadeira condição atemporal. Na medida em que, a qualquer momento, reconhecida ou declarada a inconstitucionalidade de certa norma (ou de certa interpretação da norma) pelo Supremo Tribunal Federal, passa daí a contar o prazo para uma ação rescisória contra qualquer julgado que tenha aplicado aquela norma ou aquela interpretação no passado, torna-se inviável pretender falar em estabilidade, imutabilidade ou indiscutibilidade da coisa julgada. Ela se torna, apenas, uma estabilidade provisória, no aguardo da confirmação – eterna, diga-se – pelo Supremo Tribunal Federal, da legitimidade das regras e das interpretações jurídicas aplicadas por essa decisão. Carece, portanto, totalmente, de constitucionalidade o art. 525, § 15, do CPC. (Marinoni, Arenhart, Mitidiero, 2024, p. RL-1.105)

Embora até a data de conclusão do presente trabalho ainda não tenha sido aprovada pela Corte, o Min. Fux vem defendendo a necessidade de conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 525, § 15, e ao art. 535, § 8º, para que só haja cabimento da ação rescisória se a decisão inovadora do Supremo for proferida durante o prazo decadencial bienal da ação rescisória, contado do trânsito em julgado da decisão rescindenda – e não do precedente superveniente. Esse entendimento foi suscitado tanto no julgamento do RE 949.297, durante a sessão do dia 16/11/2023, como em voto no plenário virtual no RE 958.252, neste caso tendo sido sugerida a seguinte tese vinculante pelo Min. Fux:

A ação rescisória de que tratam os §§ 15 do art. 525 e o 8º do art. 535 do CPC, em respeito à segurança jurídica, deve ser proposta no prazo de 2 (dois) anos do trânsito em julgado da publicação da sentença ou acórdão que se fundou em ato normativo ou lei declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal no curso desse biênio.

Recentemente foi destacada do Plenário Virtual, pelo Min. Barroso, a questão de ordem na Ação Rescisória 2876, em que o Min. Gilmar Mendes proferiu voto²⁴ para declarar a inconstitucionalidade, com efeitos *ex nunc*, da expressão “cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal”, constante do § 15 do art. 525 e do § 8º do art. 535 do CPC. O voto fundamenta que o prazo móvel da ação rescisória, vinculado a um dado externo – o pronunciamento do STF – a ser realizado em momento futuro e incerto, acaba por condicionar a coisa julgada de forma indefinida e *ad aeternum*, não se coadunando com o postulado da segurança jurídica, já que a coisa julgada estaria sempre sujeita à constante ratificação, pelo STF, da legitimidade das interpretações conferidas às normas jurídicas nos casos concretos.

De todo modo, pelo menos por enquanto, permanece hígida a hipótese legal de cabimento da ação rescisória prevista nos arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do CPC, e essa ação deve ser utilizada para se atingir a coisa julgada sobre relação tributária instantânea, ou para atingir os efeitos pretéritos ou da coisa julgada sobre relação tributária de trato continuada.

Sobre o assunto, todavia, o enunciado 343 da súmula do STF prevê que “não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”. A razão é que, se eram legítimas variadas interpretações diante da divergência, a decisão que adotou uma delas não pode ser tida como violadora de literal disposição de lei (Marinoni, 2021, p. 1141). Segundo Paulo Mendes de Oliveira (2015, p. 188), há “nítido marco jurídico: uma mesma decisão, se proferida antes da consolidação não viola literalmente a lei, se prolatada após, viola”. Resta saber se haverá o uso defensivo dessa súmula, para inadmitir as ações rescisórias ajuizadas com base nos arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do CPC.

Tratando-se de processo em juizado especial, há certo debate sobre a aplicabilidade dos arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do CPC, tendo em vista que o rito especial veda a propositura de ação rescisória, por expressa disposição do art. 59 da Lei n. 9.099/95²⁵.

O Supremo Tribunal Federal, apreciando o tema 100 da repercussão geral, além de reforçar a possibilidade de arguição de inexigibilidade quando a decisão exequenda transita em julgado em divergência com padrão decisório já firmado pelo STF, decidiu que o art. 59 da Lei n. 9.099/95, embora impeça o ajuizamento da ação rescisória propriamente dita, não impede o

²⁴ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6220273>. Acesso em: 15/04/2024.

²⁵ Art. 59. Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei.

manejo de simples petição a ser apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória. Esta foi a tese aprovada:

1) é possível aplicar o artigo 741, parágrafo único, do CPC/73, atual art. 535, § 5º, do CPC/2015, aos feitos submetidos ao procedimento sumaríssimo, desde que o trânsito em julgado da fase de conhecimento seja posterior a 27.8.2001; 2) é admissível a invocação como fundamento da inexigibilidade de ser o título judicial fundado em ‘aplicação ou interpretação tida como incompatível com a Constituição’ quando houver pronunciamento jurisdicional, contrário ao decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, seja no controle difuso, seja no controle concentrado de constitucionalidade; 3) o art. 59 da Lei 9.099/1995 não impede a desconstituição da coisa julgada quando o título executivo judicial se amparar em contrariedade à interpretação ou sentido da norma conferida pela Suprema Corte, anterior ou posterior ao trânsito em julgado, admitindo, respectivamente, o manejo (i) de impugnação ao cumprimento de sentença ou (ii) de simples petição, a ser apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória.

Não se pode dizer que essa mera petição seja uma ação rescisória transvestida, principalmente porque a petição é direcionada ao juízo de origem perante o qual corre – ou correria – eventual execução, e não ao órgão recursal do juizado especial.

4.3 Coisa julgada sobre relação de trato sucessivo anterior ao precedente contrário: Temas 881 e 885 da Repercussão Geral

A temática do impacto do precedente contrário a uma coisa julgada em relação tributária de trato continuado anteriormente formada foi afetada pelo Supremo Tribunal Federal, constituindo os temas 881 e 885 da repercussão geral.

Em suma, na década de 90, contribuintes alegaram judicialmente o vício de inconstitucionalidade formal da instituição da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela Lei n. 7.869/1998, por se tratar de lei ordinária em matéria que supostamente exigiria lei complementar.

Nesse cenário, algumas empresas obtiveram, em controle difuso de constitucionalidade, decisões favoráveis para não pagar o tributo, as quais transitaram em julgado, fazendo a coisa julgada, mesmo que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado alguns recursos extraordinários entendendo pela constitucionalidade da exação, a exemplo do RE 138.284²⁶.

²⁶ Constitucional. Tributário. Contribuições sociais. Contribuições incidentes sobre o lucro das pessoas jurídicas. Lei n. 7.689, de 15.12.88. I - Contribuições para fiscais: contribuições sociais, contribuições de intervenção e contribuições corporativas. CF, art. 149. Contribuições sociais de seguridade social. CF, arts. 149 e 195. As diversas espécies de contribuições sociais. II. - A contribuição da Lei 7.689, de 15.12.88, é uma contribuição social instituída com base no art. 195, I, da Constituição. As contribuições do art. 195, I, II, III, da Constituição não exigem, para a sua instituição, lei complementar. Apenas a contribuição do pará. 4º do mesmo art. 195 é que

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal apreciou, em controle abstrato de constitucionalidade, a ADI n. 15²⁷, que teve como resultado a proclamação da constitucionalidade da lei ordinária que instituiu a CSLL, consequentemente entendendo como válida a exação.

A Fazenda, no entanto, realizou a cobrança da CSLL tanto antes como depois dessa decisão em controle abstrato, datada de 2007. Disso decorreram dois distintos cenários que levaram o Supremo Tribunal Federal a distinguir os temas 881 (cobrança posterior ao julgamento da ADI n. 15, em 2007) e 885 (cobrança anterior ao julgamento da ADI n. 15, em 2007) da repercussão geral.

Portanto, no tema 881, especificamente, tratou-se do impacto de um precedente formado em controle abstrato de constitucionalidade, tendo como relator o Min. Edson Fachin – ficando, ao final, o Min. Luís Roberto Barroso encarregado de redigir o acórdão –; já no tema 885 tratou-se do impacto de um precedente formado em controle concreto de constitucionalidade, e o relator foi o Min. Luís Roberto Barroso. Os temas foram delimitados desta forma:

exige, para a sua instituição, lei complementar, dado que essa instituição deverá observar a técnica da competência residual da União (CF, art. 195, parág. 42; CF, art. 154, I). Posto estarem sujeitas a lei complementar do art. 146, III, da Constituição, por que não são impostos, não há necessidade de que a lei complementar defina o seu fato gerador, base de cálculo e contribuintes (CF, art. 146, III, "a"). III - Adicional ao imposto de renda: classificação desarrazoada. IV - Irrelevância do fato de a receita integrar o orçamento fiscal da União. O que importa é que ela se destina ao financiamento da seguridade social (Lei 7.689/88, art. 12). V - Inconstitucionalidade do art. 8º, da Lei 7.689/88, por ofender o princípio da irretroatividade (CF, art. 150, III, "a") qualificado pela inexigibilidade da contribuição dentro no prazo de noventa dias da publicação da lei (CF, art. 195, parág. 62). Vigência e eficácia da lei: distinção. VI — Recurso Extraordinário conhecido, mas improvido, declarada a inconstitucionalidade apenas do artigo 82 da Lei 7.689, de 1988. (RE 138.284, Relator Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ de 28 ago. 1992).

²⁷ EMENTA: I. ADIn: legitimidade ativa: "entidade de classe de âmbito nacional" (art. 103, IX, CF): compreensão da "associação de associações" de classe. Ao julgar, a ADIn 3153-AgR, 12.08.04, Pertence, Inf STF 356, o plenário do Supremo Tribunal abandonou o entendimento que excluía as entidades de classe de segundo grau - as chamadas "associações de associações" - do rol dos legitimados à ação direta. II. ADIn: pertinência temática. Presença da relação de pertinência temática, pois o pagamento da contribuição criada pela norma impugnada incide sobre as empresas cujos interesses, a teor do seu ato constitutivo, a requerente se destina a defender. III. ADIn: não conhecimento quanto ao parâmetro do art. 150, § 1º, da Constituição, ante a alteração superveniente do dispositivo ditada pela EC 42/03. IV. ADIn: L. 7.689/88, que instituiu contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, resultante da transformação em lei da Medida Provisória 22, de 1988. 1. Não conhecimento, quanto ao art. 8º, dada a invalidade do dispositivo, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal, em processo de controle difuso (RE 146.733), e cujos efeitos foram suspensos pelo Senado Federal, por meio da Resolução 11/1995. 2. Procedência da arguição de inconstitucionalidade do artigo 9º, por incompatibilidade com os artigos 195 da Constituição e 56, do ADCT/88, que, não obstante já declarada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 150.764, 16.12.92, M. Aurélio (DJ 2.4.93), teve o processo de suspensão do dispositivo arquivado, no Senado Federal, que, assim, se negou a emprestar efeitos erga omnes à decisão proferida na via difusa do controle de normas. 3. Improcedência das alegações de inconstitucionalidade formal e material do restante da mesma lei, que foram rebatidas, à exaustão, pelo Supremo Tribunal, nos julgamentos dos RREE 146.733 e 150.764, ambos recebidos pela alínea b do permissivo constitucional, que devolve ao STF o conhecimento de toda a questão da constitucionalidade da lei. (ADI 15, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/2007, DJe-092 DIVULG 30- 08-2007 PUBLIC 31-08-2007 DJ 31-08-2007 PP-00028 EMENT VOL-02287-01 PP-00001 RDDT n. 146, 2007, p. 216-217)

Tema nº 881 - Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema nº 885 - Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Devido à temática relacionada, o Supremo Tribunal Federal optou por realizar o julgamento conjunto de ambos os Recursos Extraordinários, logo no início do ano judiciário de 2023, embora até a data de conclusão deste trabalho os *leading cases* não tenham transitado em julgado.

4.3.1 Os casos concretos dos *leading cases*: RE 949.297/CE (tema 881) e RE 955.227/BA (tema 885)

O recurso extraordinário n. 949.297/CE (*leading case* do tema 881 da repercussão geral) decorre da impetração, no ano de 2001, do mandado de segurança preventivo pela TBM – Têxtil Bezerra de Menezes S/A, contra possível ato do Sr. Delegado da Receita Federal em Fortaleza, relativo à cobrança da contribuição social sobre o lucro líquido CSLL, com base na Lei n. 7.689/88, uma vez que a impetrante tinha em seu favor decisão judicial transitada em julgada no sentido da impossibilidade dessa cobrança.

O juiz de 1º grau denegou a segurança, por entender que a matéria tributária não constitui impedimento para a cobrança posterior, em razão de alteração legislativa considerada constitucional pelo STF. Interposta apelação, a Terceira Turma do TRF-5 deu-lhe provimento, por entender que, enquanto os fatos forem tributados com base na Lei n. 7.689/88, a empresa estará resguardada com a decisão transitada em julgado que lhe foi favorável.

O recurso extraordinário da União fundamentou-se na alegação de violação do acórdão recorrido aos arts, 3º, IV; 5º, caput, II e XXXVI; 37 e 150, VI, “c”, da Constituição. Para a Fazenda, a coisa julgada formada em mandado de segurança em matéria tributária não alcança os exercícios seguintes ao da impetração, nos termos do enunciado n. 239 da súmula do STF, e a coisa julgada em seara tributária pode ser relativizada, em decorrência da superveniência de novos parâmetros normativos ou de decisão do Supremo Tribunal Federal que considere constitucional o diploma normativo tido por inconstitucional pela decisão passada em julgado.

Em contrarrazões, a recorrida afirma que as alegações da União não são de violações diretas à Constituição e não houve o devido prequestionamento da matéria. No

mérito, insiste na manutenção dos efeitos da coisa julgada que lhe foi favorável, até que fosse reformada por ação rescisória, o que não ocorreu no prazo decadencial bienal.

O Ministério Público, por meio da Procuradoria-Geral da República, ofertou parecer assim ementado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 881. COISA JULGADA, CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. RELAÇÃO CONTINUADA. EFICÁCIA. PERDA. DECISÃO NO ÂMBITO DO CONTROLE CONCENTRADO. PREVALÊNCIA.

Tese de Repercussão Geral – Tema 881: A coisa julgada em matéria tributária, quando derivada de relação jurídica de trato continuado, perde sua eficácia no momento da publicação do acórdão exarado no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade contrário ao sentido da sentença individual (art. 28 da Lei 9.868/99).

1 – O sistema constitucional brasileiro, fundado na divisão de poderes-funções estatais ensejou condições para que os atos derivados da atuação do Estado sejam protegidos de modo a garantir a sua própria eficácia e a proteger os respectivos beneficiários. Submetendo-se a essa lógica, a Constituição Federal, tendo por foco a prevalência dos pronunciamentos do Estado, em suas várias esferas de atuação, previu a coisa julgada, que, além de direito individual, é categoria processual serviente à ordenação das decisões judiciais já emitidas e que dá lugar somente à autoridade desconstitutiva da ação rescisória

2 – Em face também das próprias disposições constitucionais, não se encontra dificuldade em perceber que a gênese do ato estatal, por si só, não lhe permite a sobrevivência em todas as situações, estando ele, a depender de sua categoria, inserido em um regime jurídico que regula sua vida, eficácia, consequências perante terceiros interessados e o seu fim, quer por conveniência e oportunidade, quer por anulação, quer pela superação do entendimento que lhe impelia vigor.

3 – A natureza continuada da relação tributária em tela é influenciada pela sucessão de circunstâncias de fato e de direito, aptas a superarem a eficácia de eventual res iudicata estabelecida em ação individual.

4 – Por sua relevância constitucional e pelos graves efeitos gerados na ordem jurídica, as decisões vinculantes tomadas na seara das ações de controle concentrado reformulam o veredito de sentença transitada em julgado em relação aos seus efeitos futuros quando, analisada a mesma causa petendi, suas conclusões forem contrárias.

5 – Parecer pelo provimento do recurso extraordinário e pela adoção de efeitos prospectivos, assegurando, no presente caso, período hábil a garantir o seu conhecimento pelos contribuintes e a permitir a recepção da carga tributária resultante da cobrança da contribuição social sobre o lucro líquido

Foram admitidos como *amici curiae* a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e o Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos Para Fins Industriais, Petroquímicas e de Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D'Ávila – (SINPEQ).

Já na origem do caso concreto do recurso extraordinário n. 955.227 (*leading case* do tema 885 da repercussão geral), a OPP Química, sociedade incorporada em 31/03/2003 pela Braskem S/A, obteve decisão judicial transitada em julgado em 16/12/1992, reconhecendo-lhe o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com base na declaração incidental de inconstitucionalidade formal por ausência de instituição mediante lei complementar. No entanto, em 28/12/2006, a OPP Química – sucedida pela Braskem S.A –

tomou ciência da lavratura do auto de infração cobrando a CSLL relativa ao período de 2001 a 2003.

Nas impugnações administrativas da dívida, a União logrou êxito, mas, em sede do processo judicial, a Braskem S.A – sucessora da OPP Química – obteve sentença de procedência do pedido, posteriormente mantida, em julgamento de apelação, pela Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por acórdão que contou com a seguinte ementa:

TRIBUTÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – CSLL – INCONSTITUCIONALIDADE LEI N. 7.689/88 – COISA JULGADA: EFEITOS OBJETIVOS – JURISPRUDÊNCIA STJ (RESP 1.118.893/MG) – APELAÇÃO DA FN E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS. 1. O STJ (REsp nº 1.118.893/MG), sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou entendimento de que a coisa julgada formada em prol da inconstitucionalidade da cobrança com base na Lei nº 7.869/88 implica na impossibilidade de cobrança posterior da contribuição social, já que as Leis nº 7.856/89, 8.034/90, 8.212/91, 8.383/91 e 8.541/92, e mesmo a LC 70/91, apenas modificaram a alíquota e base de cálculo, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária nem afastaram a inconstitucionalidade materialmente declarada no caso concreto. 2. Apelação da FN e remessa oficial não providas. 3. Peças liberadas pela Relatora, em 14/ 02/2012, para publicação do acórdão.

A União, então, interpôs o recurso extraordinário denunciando violação do acórdão recorrido ao art. 5º, XXXVI²⁸, e ao art. 102²⁹ da CF. Nas razões recursais, sustentou que o (i) Supremo Tribunal Federal decidira pela constitucionalidade da cobrança de CSLL, tal como prevista na Lei nº 7.689/1988, diante da desnecessidade de prévia lei complementar; (ii) a coisa julgada que a recorrida possuía em seu favor não mais opera efeitos, em razão da reiteração de decisões do Plenário desta Corte no início dos anos 90 em sentido contrário ao seu pleito, o que, ao alterar o suporte jurídico da decisão transitada em julgado, faz com que a coisa julgada não mais opere efeitos; (iii) há violação ao princípio da igualdade, uma vez que alguns contribuintes teriam o direito de não pagar a exação, em decorrência da coisa julgada, enquanto outros, que não tiveram acesso ao mesmo provimento jurisdicional, não estariam dispensados do pagamento do tributo e, por fim, que, (iv) em relação aos fatos geradores ocorridos após as decisões reiteradas do STF, os efeitos futuros da coisa julgada teriam sido sustados e a CSLL seria dotada de exigibilidade. A tese da União foi exposta no Parecer PGFN/CRJ n. 492/2011, que merece uma análise específica a seguir.

Em contrarrazões, os contribuintes defenderam, além de que não houve o devido prequestionamento da matéria e que a delimitação dos efeitos da coisa julgada seria ofensa

²⁸ XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

²⁹ Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

constitucional reflexa, que (i) a coisa julgada constituída em 1992, quando foi reconhecida a inconstitucionalidade da Lei nº 7.689/1988, não poderia ser afastada em razão de decisões referentes a recursos extraordinários julgados na década de 90 e que (ii) as decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas em processo de controle difuso influem nas demandas e rescisórias em curso, mas não nas hipóteses acobertadas pela coisa julgada.

A Procuradoria-Geral da República, ofertou parecer assim ementado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RE-CONHECIDA. TEMA 885. COISA JULGADA. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. RELAÇÃO CONTINUADA. EFICÁCIA. PERDA. DECISÃO NO ÂMBITO DO CONTROLE DIFUSO. PREVALÊNCIA.

Tese de Repercussão Geral - Tema 885: A coisa julgada em matéria tributária, quando derivada de relação jurídica de trato continuado, perde sua eficácia no momento da publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal contrário ao sentido da sentença individual, ainda que exarado no âmbito do controle difuso de constitucionalidade.

1 - O sistema constitucional brasileiro, fundado na divisão de poderes-funções estatais ensejou condições para que os atos derivados da atuação do Estado sejam protegidos de modo a garantir a sua própria eficácia e a proteger os respectivos beneficiários. Submetendo-se a essa lógica, a Cons-tituição Federal, tendo por foco a prevalência dos pronunciamentos do Estado, em suas várias esferas de atua-ção, previu a coisa julgada, que, além de direito individual, é categoria processual serviente à ordenação das decisões judiciais já emitidas e que dá lugar somente à autoridade des-constitutiva da ação rescisória.

2 - Em face também das próprias disposições constitucio-nais, não se encontra dificuldade em perceber que a gênese do ato estatal, por si só, não lhe permite a sobrevivência em todas as situações, estando ele a depender de sua categoria, inserido em um regime jurídico que regula o nascimento, a vida, a eficácia, as consequências perante terceiros interessados e o seu fim, quer por conveniência e oportunidade, quer por anulação, quer pela superação do entendimento que lhe impelia vigor.

3 - A natureza continuada da relação tributária em tela é influenciada pela sucessão de circunstâncias de fato e de di-reito, aptas a superarem a eficácia de eventual res iudicata estabelecida em ação individual.

4 - A controvérsia liga-se à possibilidade de cobrança de tributo, no particular, a CSLL, mesmo após a certificação do transito em julgado de decisao que declarou incidental-mente a inconstitucionalidade formal da Lei 7.689/1988, instituidora da exação, e, por sua vez, a inexistência da relação jurídico-tributária, ante a ocorrência de julgamento do Recurso Extraordinário 138.284 no Supremo Tribunal Fe-deral, que reconheceu a constitucionalidade da aludida lei.

Logo, discute-se a persistência da coisa julgada e os poderes das instituições tributantes em uma mudança jurisprudencial do STF, ainda que de efeitos a priori incidentais.

5- O contato entre os modelos concreto e abstrato de aferição de constitucionalidade de ato normativo disponíveis no ordenamento pátrio verifica-se por meio (i) do aumento de poderes do relator da causa e da faculdade em dar provimento a récurso extraordinário com fundamento na jurisprudência consolidada do STF; (ii) da eficácia transcendente da declaração de inconstitucionalidade de leis municipais, exemplificada pelo RE 197.917; (iii) da dispensa do procedimento de arguição de inconstitucionalidade afetado aos órgãos máximos dos tribunais locais, ante a existência de precedente do plenário do STF; (iv) da adoção de cláusula de pedir aberta no recurso extraordinário, equalizando-o às ações do controle abstrato; (v) da instituição da súmula vin-culante, consagração da orientação jurisprudencial da Corte Suprema; (vi) da aplicação da modulação de efeitos em casos típicos do controle concreto; (vii) do acatamento de reclamações por desrespeito a decisões do controle concreto de constitucionalidade proferidas pelo STF; (viii) da implementação da repercussão geral como técnica de replicação de entendimentos aplicados a casos

singulares e (ix) da re-formulação, ainda que considerada não unânime entre os membros do STE, do papel do Senado Federal como entidade acessória do controle difuso exercido pelo Supremo Tribunal Federal.

6 - Dada a similitude dos temas e a necessidade de se distribuir isonomicamente a tutela jurisdicional, torna-se sinuosa a argumentação enaltecedora das discrepâncias entre os sistemas e as finalidades de cada um, a qual fornece ao intérprete final uma postura perigosamente assimétrica. Portanto, é cabível aceitar, do mesmo modo como no RE 949.297, a superação da coisa julgada pela decisão em controle difuso prolatada no RE 138.284, em ordem a respeitar as balizas interpretativas da Constituição Federal e promover a segurança jurídica dos envolvidos na relação jurídica tributária parelha a que ora se examina.

7 - Parecer pelo provimento do recurso extraordinário e pela adoção de efeitos prospectivos, assegurando, no presente caso, um período hábil a garantir o seu conhecimento pelos Contribuintes e a permitir a recepção da carga tributária resultante da cobrança da contribuição social sobre o lucro líquido.

Ainda, na qualidade de *amicus curiae*, manifestaram-se a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), bem como os memoriais de diversas outras entidades foram recebidos.

4.3.2 Argumentos da Fazenda Nacional

A União defende que é apta a ceifar automaticamente os efeitos prospectivos de decisão transitada em julgado a superveniência de precedentes do STF formados (i) em controle concentrado de constitucionalidade, (ii) em controle difuso de constitucionalidade posteriormente a 03/05/2007, sob a sistemática da repercussão geral, independentemente de resolução senatorial (art. 52, X, da CF) e (iii) em controle difuso de constitucionalidade anteriormente a 03/05/2007, independentemente de resolução senatorial (art. 52, X, da CF), desde que tenham sido oriundos do Plenário do STF e confirmados em julgamentos posteriores.

A matéria foi objeto do Parecer PGFN/CRJ n. 492/2011, que publicizou o entendimento da Fazenda sobre o tema e, segundo a União, vem disciplinando a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil quanto à matéria, tanto em favor do Estado como em favor dos contribuintes desde então. A sua ementa é a seguinte:

DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO QUE DISCIPLINA RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA CONTINUATIVA. MODIFICAÇÃO DOS SUPORTES FÁTICO/JURÍDICO. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. SUPERVENIÊNCIA DE PRECEDENTE OBJETIVO/DEFINITIVO DO STF. CESSAÇÃO AUTOMÁTICA DA EFICÁCIA VINCULANTE DA DECISÃO, TRIBUTÁRIA TRANSITADA EM JULGADO. POSSIBILIDADE DE VOLTAR A COBRAR O TRIBUTO, OU DE DEIXAR DE PAGÁ-LO, EM RELAÇÃO A FATOS GERADORES FUTUROS.

1. A alteração das circunstâncias fáticas ou jurídicas existentes ao tempo da prolação de decisão judicial voltada à disciplina de uma dada relação jurídica tributária de trato sucessivo faz surgir uma relação jurídica tributária nova, que, por isso, não é alcançada pelos limites objetivos que balizam a eficácia vinculante da referida decisão judicial. Daí por que se diz que, alteradas as circunstâncias fáticas ou jurídicas existentes à

época da prolação da decisão, esta naturalmente deixa de produzir efeitos vinculantes, dali para frente, dada a sua natural inaptidão de alcançar a nova relação jurídica tributária.

2. Possuem força para, com o seu advento, impactar ou alterar o sistema jurídico vigente, por serem dotados dos atributos da definitividade e objetividade, os seguintes precedentes do STF: Q. todos os formados em controle concentrado de constitucionalidade, independentemente da época em que prolatados; útil quando posteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham resultado de julgamento realizado nos moldes do art. 543-B do CPC; já quando anteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham sido oriundos do Plenário do STF e confirmados em julgados posteriores da Suprema Corte.

3. Os precedentes objetivos e definitivos do STF constituem circunstância jurídica nova, apta a fazer cessar, prospectivamente, eficácia vinculante das anteriores decisões tributárias transitadas em julgado que lhes forem contrárias.

4. A cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado opera-se automaticamente, de modo que: (i) quando se der a favor do Fisco, este pode voltar a cobrar o tributo, tido por inconstitucional na anterior decisão, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido; (ii) quando se der a favor do contribuinte-autor, este pode deixar de recolher o tributo, tido por constitucional na decisão anterior, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido.

5. Face aos princípios da segurança jurídica, da não surpresa e da proteção à confiança, bem como por força do art. 146 do CTN, nas hipóteses em que o advento do precedente objetivo e definitivo do STF e a conseqüente cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado sejam pretéritos ao presente Parecer, a publicação deste configura o marco inicial a partir do qual o Fisco retoma o direito de cobrar o tributo em relação aos fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor.

Com base no entendimento da União, a imutabilidade e a eficácia vinculante da decisão transitada em julgada só recairá sobre os desdobramentos futuros da declaração nela contida enquanto permanecerem inalterados os suportes fático e jurídico existentes ao tempo da sua prolação. Alteradas essas circunstâncias fáticas ou jurídicas – plenamente possível diante da natureza dinâmica dos fatos e do direito – a decisão deixa de produzir efeitos vinculantes a partir de então, devido à cláusula *rebus sic stantibus* implícita nas sentenças em geral.

As modificações nas circunstâncias jurídicas fazem surgir uma relação jurídica tributária nova, diversa da deduzida na demanda, razão pela qual há uma fuga dos fatos verificáveis no mundo concreto aos limites objetivos da coisa julgada anteriormente formada. Por isso diz-se que a cessação é automática, independentemente de qualquer pronunciamento judicial.

O mais típico exemplo de alteração de circunstância jurídica ocorre com a alteração da legislação tributária, que acarreta a ascensão de uma nova relação jurídica entre as partes. O parecer supracitado ressalta a inexistência de controvérsia sobre o assunto, na jurisprudência do STJ, por meio de citação à decisão da Corte Especial do Tribunal da Cidadania que assim prevê:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO -0 ASSEGURADA POR DECISÃO JUDICIAL. SUPERVENIÊNCIA DE LEI FIXANDO NOVOS VENCIMENTOS. ABSORÇÃO DAS VANTAGENS ANTERIORES, ASSEGURADA A IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS. LEGITIMIDADE. EFICÁCIA TEMPORAL DA COISA JULGADA, OBSERVADA A CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. PRECEDENTES (MS 11.145, CE, MIN JOÃO OTÁVIO, DJE 03/11/08). I. Ao pronunciar juízos de certeza sobre a existência, a inexistência ou o modo de ser das relações jurídicas, a sentença leva em consideração as circunstâncias de fato e de direito que se apresentam no momento da sua prolação. Tratando-se de relação jurídica de trato continuado, a eficácia temporal da sentença permanece enquanto se mantiverem inalterados esses pressupostos fáticos e jurídicos que lhe serviram de suporte (cláusula rebus sic stantibus). Assim, não atenta contra a coisa julgada a superveniente alteração do estado de direito, em que a nova norma jurídica tem eficácia *ex nunc*, sem efeitos retroativos. (STJ, MS n. 11045, Corte Especial, Relator Min. Teori Albino Zavascki, DJE 25/02/2010).

No entanto, no entendimento da União, a alteração legislativa não é a única forma de se realizar inovações no cenário jurídico, tendo em vista que a mudança jurisprudencial também tem o condão de fazê-lo.

Não obstante reconheça que alguns autores entendem que apenas deveriam ter tais efeitos as decisões em sede de controle concentrado, de controle difuso com suspensão da lei pelo Senado (art. 52, X, da CF) ou súmula vinculante (Ávila, 2012a, p. 359), a União adere a outra doutrina, que confere igual peso também às decisões proferidas pelo STF em regime de repercussão geral e que ignora a existência da resolução senatorial para atribuição de efeitos à decisão.

Para justificar a adesão à segunda corrente, afirma que o Supremo Tribunal Federal não vem admitindo o controle concentrado em questões já definidas em controle difuso, a exemplo da ADI 4071, o que sugere uma coincidência de efeitos e de importância entre as duas formas de controle. Ora, se os efeitos do rito de decisão fossem tão diferentes, não deveria ser ceifada a possibilidade de julgamento concentrado das questões decididas em recurso extraordinário, uma vez que se estaria impossibilitando a obtenção dos efeitos decorrentes da forma abstrata de controle de constitucionalidade.

Além disso, atualizando os argumentos com o advento do CPC de 2015, a União argumenta que essa nova legislação processual civil, nos arts. 525, § 12, e 535, § 5º, ao tratar da coisa julgada constitucional, isto é, aquela relativa a decisão transitada em julgado com base em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, prevê a inexigibilidade da obrigação independentemente do procedimento adotado, seja em controle concentrado ou difuso. Sendo assim, seria teratológico exigir um rito especial para afastar os efeitos da sentença, caso o pronunciamento pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade fosse posterior ao trânsito em julgado.

A União também defende que as decisões em controle difuso, mesmo antes do advento do regime de repercussão geral, devem ter o poder de, uma vez proferidas em dissonância com coisa julgada anteriormente formada, cessar-lhe os efeitos prospectivos. A justificativa é a de que o efeito expansivo do recurso extraordinário antecede o advento da sistemática da repercussão geral e que a jurisprudência consolidada antes de 03/05/2007 não reflete em menor grau as posições do Supremo Tribunal Federal que os precedentes posteriores.

Para a União, a data do trânsito em julgado do acórdão do STF deve configurar, via de regra, o *termo a quo* para a cessação automática dos efeitos da decisão transitada em julgada, em razão de só a partir desse momento se poder tê-la como definitiva. Argumenta que não deve ser necessário decorrer nenhum prazo de anterioridade – de exercício ou nonagesimal – para tanto, uma vez que já há o respeito a eles quando da instituição ou do aumento do tributo em decorrência de lei em sentido de estrito, nos termos do art. 150, III, da CF, e não se considera a decisão do Supremo como lei em sentido estrito.

Quanto à questão da resolução senatorial, a União entende que o sistema brasileiro consagra o controle repressivo judicial de constitucionalidade, competindo ao Poder Judiciário realizar a análise de compatibilidade dentre a legislação infraconstitucional e a Constituição, e conferir ao Senado da República a atribuição de conferir eficácia ao exercício dessa competência do Judiciário, por meio de um controle discricionário e político, seria subverter o sistema.

Em suma, portanto, a Fazenda entende que o precedente do Supremo, seja em controle difuso seja em controle concentrado, antes ou depois do advento da sistemática da repercussão geral, promove substantivo impacto na ordem jurídica, apto a fazer cessar a coisa julgada que regula as relações tributárias de trato continuado, uma vez que a coisa julgada referente a tais relações contém implicitamente a cláusula *rebus sic stantibus*, ou seja, mantem-se seu efeito vinculante enquanto se mantiverem inalterados o direito e o suporte fático nos quais se baseou o juízo de certeza. Com isso, intenta-se prestigiar os princípios constitucionais da livre concorrência, da igualdade e da isonomia tributária.

Desse modo, para a Fazenda Nacional, a cessação automática da eficácia da decisão transitada em julgada, autoriza que, quando ocorrer a favor do Estado, ele volte a cobrar o tributo anteriormente tido por inconstitucional, em relação aos fatos geradores praticados a partir da cessação automática, sem nenhuma necessidade de prévia autorização judicial para tanto; e quando ocorrer a favor do contribuinte, ele também pode deixar de recolher a exação anteriormente reconhecida constitucional, em relação aos fatos geradores praticados a partir de então, sem necessidade de autorização judicial.

A automaticidade dessa cessação de efeitos tem gerado questionamentos, muito devido ao teor do art. 505, I, do CPC³⁰, que parece exigir uma ação de modificação como requisito para a cessação da eficácia da decisão transitada em julgado. No entanto, para a União, “com a fuga dos limites objetivos do julgado qualificado pela autoridade da coisa julgada, simplesmente não resta preenchido o suporte fático-jurídico antes apreciado, o que impede que a norma concreta discipline tais fatos jurídicos” (Oliveira, 2015, p. 150). Em suma, a mudança desses elementos compromete o silogismo original da sentença (Zavascki, 2012, p. 105).

Ressalte-se, contudo, que cessam apenas os efeitos prospectivos da coisa julgada, isto é, só são atingidas as relações jurídico-tributárias posteriores ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. É o que consta em importante nota de rodapé do Parecer PGFN/CRJ n. 492/2011:

³³ Essa observação é importante porque evidencia a completa rejeição da tese, adotada por alguns doutrinadores de renome, segundo a qual a decisão declaratória de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinada lei, proferida pelo STF, é capaz de fulminar automaticamente aquelas coisas julgadas anteriores que lhe forem contrárias. Segundo o entendimento encampado por esta CRJ, a eficácia retroativa da decisão proferida pelo STF em controle de constitucionalidade, ainda que na modalidade concentrada, não possui esse efeito “devastador” em relação às coisas julgadas anteriores, permitindo, apenas, que a decisão superveniente do STF seja utilizada como “fundamento” para a revisão dessas coisas julgadas, a ser realizada por meio dos mecanismos processuais atualmente previstos no direito positivo, e observadas, sempre, as chamadas “formulas de preclusão” (p. ex., o prazo decadencial de 2 anos para o ajuizamento de ação rescisória).

4.3.3 Argumentos das empresas recorridas

As empresas recorridas, nas questões em apreço, defendem que os efeitos decorrentes das decisões que lhe reconheceram o direito a não recolher a CSLL, protegidas sob o manto da coisa julgada, não podem ser obstados nem pela decisão do Supremo Tribunal Federal em controle abstrato na ADI n. 15, nem em razão de precedentes proferidos pela Corte em controle difuso, independentemente do rito seguido.

Sob essa óptica, ao julgar a ADI n. 15, o Supremo Tribunal Federal rejeitou parte da pretensão formulada, sem, todavia, expressamente declarar a constitucionalidade dos dispositivos da lei, de modo que a decisão se limitou a afirmar que, pelo motivo deduzido na

³⁰ Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo: I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

inicial da ação direta de inconstitucionalidade, a relação não é existente. Assim consta no extrato da ata da sessão de julgamento da referida ação direta:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu da ação direta e julgou-a parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 8º e 9º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, julgando, no mais, improcedentes os pedidos formulados. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e a Senhora Ministra Cármen Lúcia e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 14.06.2007.

Para os defensores do argumento, a ação direta de inconstitucionalidade nem sempre tem natureza dúplice, só sendo dotada desse efeito se houver decisão expressa, em resposta a pedido reconvencional formulado pelo réu, com base no art. 24 da Lei n. 9.868/99³¹. Se tal proclamação não fizer parte da parte dispositiva da decisão, não ocorre o efeito dúplice. Cita-se inclusive, doutrina do Ministro Gilmar Mendes no sentido de que, para que tenha efeito dúplice, o julgamento de ADI deve declarar a improcedência do pedido e “afirmar explicitamente a constitucionalidade da norma objurgada, por decisão de maioria qualificada, seis votos, presentes pelo menos oito integrantes da Corte” (Mendes, 2011, p. 1228).

Sustentam o entendimento doutrinário de que a improcedência da ação direta de inconstitucionalidade não é apta a produzir coisa julgada, porque “podem os legitimados do art. 103 propor ação tendo por objeto a mesma lei e pode a Corte reapreciar a matéria. O que equivale dizer que, no caso de improcedência do pedido, a decisão proferida não se reveste da autoridade da coisa julgada material” (Barroso, 2009, p. 200).

Além disso, as empresas sustentam entendimento no sentido de que a declaração de constitucionalidade, diferentemente de uma declaração de inconstitucionalidade, não produz nova situação jurídica, porque não inova no sistema jurídico, já que a norma permanece existente, válida e eficaz.

Do mesmo modo, para elas, o julgamento em sentido contrário de recursos extraordinários, em sede de controle difuso de constitucionalidade, também não é apto a cessar automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado favoravelmente às empresas, especialmente porque o controle difuso tem, por essência, eficácia *inter partes*.

³¹ Art. 24. Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

Não se nega o efeito persuasivo para fundamentar recursos nos processos em curso ou ações rescisórias, mas se entende inviável conferir à Fazenda o poder de, unilateralmente, interpretar decisões do STF e definir a cessação dos efeitos de coisa julgada anterior.

Mesmo que se entenda que houve alteração no cenário jurídico em razão de decisões do STF, portanto, para os contribuintes, a União não estaria autorizada a desconsiderar a coisa julgada anterior sem prévia manifestação do Poder Judiciário, por ofensa ao prévio contraditório e ao devido processo legal, sendo imprescindível, por determinação legal, utilizar-se da ação de modificação ou ação revisional, que reconheça a existência de relação jurídica antes considerada inexistente, só devendo cessar os efeitos da coisa julgada com o trânsito em julgado da ação revisional:

Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:

I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

Para exemplificar a problemática de uma cessação automática dos efeitos prospectivos da coisa julgada, um caso é trazido à baila: havendo a modificação do poder aquisitivo do alimentante, a redução do valor de pensão alimentícia, fixado por decisão transitada em julgado, não poderá ser unilateralmente reduzido, senão por nova decisão judicial.

Em resposta ao argumento de que a medida pretendida pela União fortaleceria a livre concorrência, a igualdade e a isonomia tributária, o Prof. Tércio Sampaio Ferraz Jr. em parecer sobre consulta encaminhada por empresas – dentre as quais a Braskem S.A, recorrida no *leading case* do tema 885 da repercussão geral – afirma que é equivocado contrapor a coisa julgada à isonomia, porque, maximizando a contraposição, “teríamos de desfazer toda a estrutura em que se baseia o poder judiciário como instituição. Pois faria supor que um judiciário justo deveria ser capaz suprimir todas as diferenças provocadas por suas decisões” (Ferraz Jr., 2016, p. 38).

4.3.4 Panorama atual do impacto aos efeitos prospectivos da coisa julgada por precedente superveniente contrário: julgamento dos temas 881 e 885 da repercussão geral

O julgamento do RE 949.297/CE (tema 881) e do RE 955.227/BA (tema 885) ocorreu de forma conjunta, devido à pertinência temática entre as matérias. A decisão da Corte deu-se nos termos dos votos do Min. Luís Roberto Barroso, relator do RE 955.227/BA (tema

885) e redator para o acórdão do RE 949.297/CE (tema 881), razão pela qual importa a análise dos seus votos.

Inicialmente, o Ministro faz um *distinguishing* entre os precedentes do STF sobre matérias afins, elencadas pelas partes no decorrer dos processos em julgamento. O tema 881 e o tema 885 discutem o impacto de, respectivamente, um precedente em controle concentrado e em controle difuso aos efeitos futuros da coisa julgada em matéria tributária, quando a decisão, com efeitos declaratórios, tiver como base a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de um tributo.

Essas matérias não se confundem com a tratada no tema 733 da repercussão geral, que teve como *leading case* o RE 730.462, de relatoria do Min. Teori Zavascki, no qual se discutiu a eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE PRECEITO NORMATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFICÁCIA NORMATIVA E EFICÁCIA EXECUTIVA DA DECISÃO: DISTINÇÕES. INEXISTÊNCIA DE EFEITOS AUTOMÁTICOS SOBRE AS SENTENÇAS JUDICIAIS ANTERIORMENTE PROFERIDAS EM SENTIDO CONTRÁRIO. INDISPENSABILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO OU PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA SUA REFORMA OU DESFAZIMENTO.

1. A sentença do Supremo Tribunal Federal que afirma a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo gera, no plano do ordenamento jurídico, a consequência (= eficácia normativa) de manter ou excluir a referida norma do sistema de direito.

2. Dessa sentença decorre também o efeito vinculante, consistente em atribuir ao julgado uma qualificada força impositiva e obrigatória em relação a supervenientes atos administrativos ou judiciais (= eficácia executiva ou instrumental), que, para viabilizar-se, tem como instrumento próprio, embora não único, o da reclamação prevista no art. 102, I, “I”, da Carta Constitucional. 3. A eficácia executiva, por decorrer da sentença (e não da vigência da norma examinada), tem como termo inicial a data da publicação do acórdão do Supremo no Diário Oficial (art. 28 da Lei 9.868/1999). É, consequentemente, eficácia que atinge atos administrativos e decisões judiciais supervenientes a essa publicação, não os pretéritos, ainda que formados com suporte em norma posteriormente declarada inconstitucional.

4. Afirma-se, portanto, como tese de repercussão geral que a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente; para que tal ocorra, será indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória própria, nos termos do art. 485, V, do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495). Ressalva-se desse entendimento, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado.

5. No caso, mais de dois anos se passaram entre o trânsito em julgado da sentença no caso concreto reconhecendo, incidentalmente, a constitucionalidade do artigo 9º da Medida Provisória 2.164-41 (que acrescentou o artigo 29-C na Lei 8.036/90) e a

superveniente decisão do STF que, em controle concentrado, declarou a inconstitucionalidade daquele preceito normativo, a significar, portanto, que aquela sentença é insuscetível de rescisão.

6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

Não obstante a tese firmada nesse tema 733 da repercussão geral pareça se aplicar às situações tratadas nos temas 881 e 885 – inclusive de forma distinta da decidida nestes temas, por exigir a necessidade de recurso próprio ou ação rescisória –, a análise da *ratio decidendi* demonstra o *distinguishing*. No RE 730.462, *leading case* do tema 733, tratava-se sobre a possibilidade de desconstituição pretérita da coisa julgada relacionada a relação jurídica instantânea, e, logo no item 4 da ementa, fez-se questão de pontuar, em *obiter dictum* – por não ser a matéria do caso concreto –, a ressalva dessa indispensabilidade da ação rescisória para a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado, o que já indicava a posição que a Corte tomaria quanto à matéria.

Posta a distinção dos temas, o Min. Barroso passou a tratar dos impactos que precedentes do STF têm sobre o ordenamento jurídico. Com base em seu entendimento já previamente exarado em âmbito doutrinário, “uma decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal, seja em controle incidental ou em ação direta, deve ter o mesmo alcance e produzir os mesmos efeitos” (Barroso, 2016, p. 198).

Os efeitos *erga omnes* e vinculantes da decisão em controle concentrado são determinados pelo art. 102, § 2º, da Constituição³², razão pela qual são facilmente verificáveis. Quanto ao controle difuso, com o advento da sistemática da repercussão geral instituída pela EC n. 45/2004³³, a necessidade de aproximação das duas modalidades de controle de constitucionalidade tornou-se latente, o que foi corroborado pela previsão do art. 927, III, do CPC³⁴, que expressou a vinculação do Poder Judiciário às decisões do STF em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como pelo art. 988, §5º, II, do CPC³⁵,

³² Art. 102. § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

³³ Art. 102. § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

³⁴ Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

³⁵ Art. 988. § 5º É inadmissível a reclamação: II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

que previu o cabimento de reclamação constitucional para a Corte diante de desrespeito à autoridade de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral, após esgotadas as instâncias ordinárias.

Na oportunidade, tratou-se expressamente sobre o art. 52, X, da Constituição, segundo o qual compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”. O intuito primeiro do dispositivo seria o de atribuir efeitos vinculantes *erga omnes* a decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso, até porque, caso a decisão se desse em controle concentrado, esse efeito já lhe seria inato.

No entanto, no julgamento dos temas 881 e 885, a Corte expressamente reconheceu que, mediante mutação constitucional, a resolução senatorial citada no art. 52, X, da Constituição apenas tem a finalidade de publicizar as decisões de inconstitucionalidade, sem, contudo, configurar requisito para atribuição de efeitos vinculantes *erga omnes* às decisões do Supremo. Nesse cenário, pela mutação constitucional, a decisão de recurso extraordinário com repercussão geral não necessita de resolução do Senado para obter efeitos contra todos e obrigatórios.

Tratando do tema específico da cessação da eficácia da coisa julgada em relações jurídicas de trato continuado, alçou-se a segurança jurídica à estatura constitucional, especificamente no tocante à proteção à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF), ao passo que se a equalizou ao princípio da igualdade em matéria tributária, materializado pela vedação de instituição de tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente (art. 150, II, da CF), e à proteção à livre concorrência, na qualidade de princípio da ordem econômica (art. 170, IV, da CF).

Pontuou-se as hipóteses legais de flexibilização da coisa julgada, especialmente o art. 505, I, do CPC e os arts. 525, § 12º, e 535, § 5º, do CPC, para reforçar que o legislador já definira que a alteração no estado de fato ou de direito implica na possibilidade de revisão do estatuído em decisão transitada em julgado, entendimento já defendido doutrinariamente por Teori Zavascki (2017, p. 105):

[...] a sentença tem eficácia enquanto se mantiverem inalterados o direito e o suporte fático sobre os quais estabeleceu o juízo de certeza. [4] A mudança de qualquer desses elementos compromete o silogismo original da sentença, porque estará alterado o silogismo do fenômeno de incidência por ela apreciado: a relação jurídica que antes existia deixou de existir e vice-versa. Daí afirmar-se que a força do comando sentencial tem uma condição implícita, a da cláusula *rebus sic stantibus*, a significar que ela atua enquanto se mantiverem integras as situações de fato e de direito existentes quando da prolação da sentença. Alterada a situação de fato (muda o suporte fático, mantendo-se o estado da norma) ou de direito (muda o estado da norma,

mantendo-se o estado de fato), ou os dois, a sentença deixa de ter a força de lei entre as partes, que até então mantinha.

Com base nessas premissas, a Corte concluiu que a coisa julgada não é um valor absoluto no ordenamento jurídico brasileiro, não tendo o condão de servir como salvo conduto inalterável e oponível eternamente, só porque favorável ao jurisdicionado. Sendo assim, alterado o contexto fático e jurídico com o pronunciamento do STF em controle abstrato ou em controle concreto, desde que pela sistemática da repercussão geral, aciona-se a cláusula *rebus sic stantibus* implícita na decisão transitada em julgado anteriormente, devendo seus efeitos se adaptarem à nova realidade fático-jurídica.

O Supremo Tribunal Federal, por maioria, entendeu que o precedente da Corte que fizer cessar automaticamente os efeitos de coisa julgada anterior assemelha-se à criação de tributo novo, de modo que, conforme a sua natureza, deve observar os consectários do princípio da não surpresa, especificamente a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena, a depender da natureza do tributo.

O entendimento pela aplicação das limitações constitucionais temporais ao poder de tributar à hipótese, contudo, não foi unânime. Foram vencidos os Ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, os quais entendiam, em suma, que a norma tributária declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal já teria decorrido todo o percurso constitucional necessário para ser aplicada, ou seja, já teria observado os princípios da anterioridade quando da sua instituição, de modo que se estaria a aplicar os referidos princípios duas vezes.

De todo modo, como os demais ministros entenderam que razões de segurança jurídica do contribuinte exigiam a nova aplicação das regras, os prazos de anterioridade de exercício e nonagesimal devem ser respeitados, conforme a natureza do tributo. Nesse caso, a data de publicação da ata de julgamento que alterou o cenário jurídico equivale ao primeiro dia de vigência da nova norma.

Ressalte-se que a aplicação das regras consequentes do princípio da não surpresa se restringe aos contribuintes – e não ao Fisco, por óbvio –, e, dentre os contribuintes, apenas àqueles que possuíam decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, no sentido contrário à pretensão arrecadatória do Fisco.

Após o período das limitações temporais ao poder de tributar, a relação jurídico-tributária segue o definido no precedente da Corte automaticamente, independentemente, de qualquer necessidade de ajuizamento de ação pela Fazenda Pública. Essa, também, já era ideia do Min. Teori Zavascki (2017, p. 106) defendida doutrinariamente:

A alteração do status quo tem, em regra, efeitos imediatos e automáticos. Assim, se a sentença declarou que determinado servidor público não tinha direito a adicional de insalubridade, a superveniência de lei prevendo a vantagem importará o imediato direito a usufruí-la, cessando a partir daí a eficácia vinculativa do julgado, independentemente de novo pronunciamento judicial ou de qualquer outra formalidade. Igualmente, se a sentença declara que os serviços prestados por determinada empresa estão sujeitos a contribuição para a seguridade social, a norma superveniente que revogue a anterior ou que crie a isenção fiscal cortará a sua força vinculativa, dispensando o contribuinte desde logo do pagamento do tributo. O mesmo pode ocorrer em favor do Fisco, em casos em que, reconhecida por sentença, a intributabilidade, sobrevier lei criando o tributo: sua cobrança pode dar-se imediatamente, independentemente de revisão do julgado anterior”.

Destaque-se, novamente, que, com isso, a decisão judicial transitada em julgado, agora incompatível com o novo precedente da Suprema Corte, deixa de ter eficácia apenas para o futuro. Não se altera a sua eficácia em relação ao período anterior ao precedente superveniente contrário.

Quanto à automaticidade da cessação dos efeitos da coisa julgada anterior, é válido ressaltar um ponto especial: há hipóteses em que a modificação do estado de fato ou de direito, para produzir efeitos depende de iniciativa do interessado no novo pronunciamento judicial, tratando-se de um direito potestativo à revisão da sentença. Segundo a Min. Rosa Weber³⁶, tais casos, são excepcionais e merecem interpretação estrita:

Assim, somente quando prevista em lei a possibilidade de exercício do direito potestativo em referência, ou seja, apenas quando norma legal dispuser, expressamente, quanto à admissibilidade de ajuizamento da ação revisional, esta será indispensável. Nas demais hipóteses, reafirmo, a coisa julgada perderá eficácia automaticamente frente à decisão desta Corte em controle de constitucionalidade.

A existência dessas hipóteses excepcionais, citadas pela Ministra, é corroborada pela doutrina. Paulo Mendes de Oliveira (2015, p. 151) afirma que o legislador entendeu ser necessária uma proteção diferenciada a determinadas relações jurídicas, como é o caso dos alimentos e da locação. A regra, contudo, é a de que a modificação do estado de fato e de direito produz automaticamente a cessação dos efeitos da coisa julgada anterior.

No que toca à resolução dos casos concretos, o Tribunal, à unanimidade, deu provimento ao recurso extraordinário da União no RE 949 (tema 881 da repercussão geral) e, também de maneira unânime, negou provimento ao recurso extraordinário da União no RE 955.227/BA (tema 885 da repercussão geral). As decisões foram assim definidas no extrato da ata da sessão:

³⁶ P. 384 do inteiro teor do acórdão do RE 955227/BA.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 881 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário da União. Por maioria, não modulou os efeitos da decisão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e, em parte, o Ministro Nunes Marques, que propunham modulação. Por fim, por maioria, entenderam-se aplicáveis as limitações constitucionais temporais ao poder de tributar, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: “1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo”. Tudo nos termos do voto do Ministro Roberto Barroso, Redator para o acórdão. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 8.2.2023.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 885 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário da União. Por maioria, não modulou os efeitos da decisão, vencidos os Ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e, em parte, o Ministro Nunes Marques, que propunham modulação. Por fim, por maioria, entenderam-se aplicáveis as limitações constitucionais temporais ao poder de tributar, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: “1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo”. Tudo nos termos do voto do Relator. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 8.2.2023.

A questão da modulação dos efeitos foi o grande imbróglio da decisão e causou alvoroço da comunidade jurídica – embora também tenha havido outras discordâncias, como, por exemplo, a equiparação do precedente da Corte à criação de novo tributo para fins de aplicação da anterioridade de exercício e nonagesimal à tese.

Na sessão de julgamento do mérito dos recursos extraordinários, vencidos os Ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e, em parte, Nunes Marques³⁷, e contrariamente ao parecer da Procuradoria-Geral da República³⁸, a maioria do Supremo Tribunal Federal deu razão à Fazenda, quanto à inexistência de razões de segurança

³⁷ O Min. Nunes Marques, ressaltando que a tese aplicar-se-á em prol tanto dos contribuintes como do fisco, propôs modulação apenas em benefício dos contribuintes.

³⁸ “Consta do sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal que o acórdão do RE 138.284 foi publicado em data remota e, considerando os efeitos pretéritos de uma eventual decisão pelo provimento do presente recurso, a conclusão inarredável é, em princípio, o imediato endividamento tributário de inúmeros empreendimentos, alcançando fatalmente pelo menos os cinco últimos exercícios financeiros. Desse modo, em homenagem à boa-fé dos contribuintes que se escudaram em sentenças válidas e plenas de efeitos, é mister assegurar que o provimento do presente recurso tenha efeitos exclusivamente prospectivos em período suficiente para o conhecimento dos contribuintes e o replanejamento dos negócios e das operações tributáveis pela contribuição social em tela.”

jurídica aptas a justificar a modulação dos efeitos, uma vez que foi acolhido o argumento da União de que não houve mudança de entendimento sobre o tema, mas uma paulatina construção de jurisprudência³⁹.

Esse entendimento levou a empresa TBM – Têxtil Bezerra de Menezes S/A, parte no RE 949.297, e todos os *amici curiae* a oporem embargos de declaração, para discutir, novamente, a modulação dos efeitos.

Embora até a data da conclusão deste trabalho não tenha sido publicado o acórdão, pela análise da sessão plenária e pelo extrato da ata vê-se que, em solução de questão de ordem, o Tribunal decidiu pela ausência de legitimidade dos *amici curiae* para oposição de embargos de declaração, registrando, todavia, a possibilidade de invocação do art. 323, § 3º, do RISTF⁴⁰. Quanto à modulação, a sugestão do estabelecimento de fevereiro de 2023 como termo inicial para aplicação da tese firmada foi rejeitada, vencidos os Ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Dias Toffoli e Nunes Marques.

No entanto, considerou-se que o contribuinte efetivamente tinha uma coisa julgada e não havia um precedente específico do Supremo Tribunal Federal sobre a questão debatida, mas apenas um precedente genérico que não tratava sobre relação tributária de trato continuado, o tema 733 da repercussão geral. Ademais, pesou o fato de que, em julgamento do tema repetitivo n. 340 (*leading case* REsp 1118893/MG), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em março de 2011, firmou uma tese específica sobre o tema ora tratado:

Não é possível a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) do contribuinte que tem a seu favor decisão judicial transitada em julgado declarando a inconstitucionalidade formal e material da exação conforme concebida pela Lei 7.689/88, assim como a inexistência de relação jurídica material a seu recolhimento. O fato de o Supremo Tribunal Federal posteriormente manifestar-se em sentido oposto à decisão judicial transitada em julgado em nada pode alterar a relação jurídica estabilizada pela coisa julgada, sob pena de negar validade ao próprio controle difuso de constitucionalidade.

Nesse contexto, não obstante essa tese do STJ ter sido contrária à nova tese fixada em repercussão geral pelo STF nos temas 881 e 885, considerou-se que ela pode ter levado o contribuinte à crença razoável de que o tributo não seria devido. Essa interpretação, mesmo que compreensível, deu às empresas uma vantagem competitiva ao longo do tempo, não podendo prevalecer o entendimento que as beneficie em detrimento dos outros concorrentes, mas

³⁹ Citados, exemplificativamente, os julgamentos dos temas 360, 494 e 733 da repercussão geral.

⁴⁰ Art. 323. § 3º Mediante decisão irrecorrível, poderá o(a) Relator(a) admitir de ofício ou a requerimento, em prazo que fixar, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, sobre a questão da repercussão geral. (Incluído pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010)

também não sendo justo puni-lo, como se tivesse agido com dolo, mesmo que dotado de uma decisão do STJ em recurso repetitivo, em linguagem inequívoca.

Diante disso, por maioria de seis a cinco, contando com o voto decisivo do Min. Barroso, a Suprema Corte decidiu pela neutralização da vantagem competitiva que o contribuinte teve, determinando o pagamento do tributo, mas sem puni-lo. Assim, foi dado provimento parcial aos embargos de declaração opostos pela TBM – Têxtil Bezerra de Menezes S/A, para afastar exclusivamente as multas de qualquer natureza. – punitivas ou moratórias – impostas aos contribuintes que tiveram decisão favorável transitada em julgado em ações judiciais propostas para questionar a exigibilidade da CSLL e cujo fato gerador tenha ocorrido até a data da publicação da ata do julgamento de mérito (13.02.2023), ficando preservada a incidência dos juros de mora e da correção monetária e vedada a repetição dos valores já recolhidos referentes a multas de qualquer natureza. A decisão foi assim fixada no extrato da ata⁴¹:

Decisão: (ED-quartos) O Tribunal, por maioria, resolvendo questão de ordem, manteve sua jurisprudência no sentido da ausência de legitimidade de *amicus curie* para oposição de embargos de declaração, registrando, todavia, a possibilidade de invocação do art. 323, § 3º, do RISTF, vencidos os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Luiz Fux e Dias Toffoli. Votou na questão de ordem o Ministro Flávio Dino. Por maioria, o Tribunal não modulou os efeitos da decisão de mérito, vencidos os Ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Dias Toffoli e Nunes Marques. Não votou nesse ponto o Ministro Flávio Dino, sucessor da Ministra Rosa Weber, que já havia votado em assentada anterior também no sentido da não modulação dos efeitos. Por fim, por maioria, o Tribunal deu parcial provimento aos embargos de declaração opostos por TBM – Têxtil Bezerra de Menezes S/A para afastar exclusivamente as multas tributárias de qualquer natureza impostas aos contribuintes que tiveram decisão favorável transitada em julgado em ações judiciais propostas para questionar a exigibilidade da CSLL e cujo fato gerador tenha ocorrido até a data da publicação da ata do julgamento de mérito (13.02.2023), ficando preservada a incidência dos juros de mora e da correção monetária e vedada a repetição dos valores já recolhidos referentes a multas de qualquer natureza, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Rosa Weber, que já havia votado em assentada anterior. Não votou nesse ponto o Ministro Flávio Dino. Tudo nos termos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso (Presidente e Relator). Plenário, 4.4.2024.

⁴¹ O inteiro teor não foi publicado até a data de conclusão deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, percebe-se que a relação entre coisa julgada tributária e precedentes é complexa. Ao passo que o sistema jurídico brasileiro vem conferindo cada vez mais valor aos precedentes, o instituto da coisa julgada, que é um baluarte constitucional, pode ver-se afrontado.

Debruçou-se sobre três hipóteses em que o precedente pode impactar a coisa julgada tributária: quando a coisa julgada é posterior ao precedente; quando a coisa julgada é anterior ao precedente, atingindo efeitos pretéritos; e quando a coisa julgada é anterior ao precedente, atingindo efeitos futuros ou prospectivos.

Quanto à primeira hipótese, em que a coisa julgada formada em dissonância com padrão decisório vinculante anteriormente formado, o CPC prevê tanto a hipótese de simples impugnação ao cumprimento de sentença (arts. 525, § 12, e 535, §5º), como a de ação rescisória cabível por violação manifesta a norma jurídica (art. 966, V, do CPC).

Quanto à segunda hipótese, no caso de superveniência de um precedente contrário a uma coisa julgada anteriormente formada, caso se esteja diante de uma relação tributária instantânea ou, tratando-se de relação de trato continuado, de efeitos pretéritos ao precedente, é necessário o ajuizamento da ação rescisória prevista nos arts. 525, § 15º, e 535, §8º, do CPC, ainda sendo uma incógnita o tratamento que o Supremo lhe conferirá, em razão do defensivo enunciado n. 343 de sua súmula.

Também há certa obscuridade quanto ao prazo de ajuizamento dessa ação rescisória, que, segundo os arts. 525, § 15º, e 535, §8º, do CPC, “será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal”. Embora ainda não tenha sido pacificado o entendimento, o Min. Luiz Fux e o Min. Gilmar Mendes⁴² vêm defendendo a tese da inconstitucionalidade do dispositivo, por afronta à coisa julgada e à segurança jurídica.

De fato, há de se concordar com essa posição defendida pelo Min. Fux e pelo Min. Gilmar. A coisa julgada é instituto de natureza constitucional, e, “quando o direito, em casos expressos e limitados, autoriza a rescisão da coisa julgada, ele não o faz contra a segurança, mas em favor da segurança” (Ferraz Jr., 2005, p. 271). Nesse caso, indubitavelmente, autorizar que, mesmo após o prazo decadencial bienal contado do trânsito em julgado da decisão

⁴² A título exemplificativo, tem-se o voto do Min. Fux em Plenário Virtual no RE 958.252 no dia 18/09/2023 e o voto do Min. Gilmar Mendes na Questão de Ordem na Ação Rescisória 2876 em 05/04/2024. Disponíveis, respectivamente, em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4952236> e <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6220273>. Acesso em 14/04/2024.

rescindenda, possam ser desconstituídos os efeitos pretéritos da coisa julgada é completamente atentatório à segurança jurídica e à axiologia do instituto. O Supremo Tribunal Federal não deve tolerar a subsistência desse prazo móvel para a propositura da ação rescisória, tendo em vista que sujeita indefinidamente a decisão à revisão e mina a coisa julgada.

Tratando-se de processo sob o rito dos juizados especiais, devido à impossibilidade de ajuizamento de ação rescisória pelo art. 59 da Lei n. 9.099/95, deve ser manejada uma simples petição ao juízo de origem perante o qual corre – ou correria – eventual execução, a ser apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória conforme decidido pelo STF no julgamento do tema 100 da repercussão geral.

Seguindo, quanto à terceira hipótese, tratando-se dos efeitos futuros da decisão transitada em julgado sobre relação tributária de trato continuado a partir da superveniência do novo padrão decisório do Supremo Tribunal Federal, a Corte, no julgamento dos temas 881 e 885 da repercussão geral, decidiu pela cessação automática dos efeitos, equalizando os valores do instituto da coisa julgada e da segurança jurídica, da isonomia tributária e da livre concorrência.

Como visto, adotando a tese da objetivação do controle subjetivo, o Supremo Tribunal Federal equiparou os efeitos das decisões em controle abstrato de constitucionalidade às decisões em controle concreto, sob a sistemática da repercussão geral – não o fazendo quanto aos recursos extraordinários anteriores a essa sistemática –, bem como sedimentou o entendimento pela mutação constitucional do art. 52, X, da Constituição Federal⁴³, para que a resolução senatorial apenas tenha a finalidade de publicizar as decisões de inconstitucionalidade, sem, contudo, configurar requisito para atribuição de efeitos vinculantes *erga omnes* às decisões do Supremo.

Consagrou-se o entendimento de que, alterado o contexto fático e jurídico com o pronunciamento do STF em controle abstrato ou em controle concreto, desde que pela sistemática da repercussão geral, aciona-se a cláusula *rebus sic stantibus* implícita na decisão transitada em julgado anteriormente, devendo seus efeitos se adaptarem à nova realidade fático-jurídica.

Essa nova decisão do Supremo Tribunal Federal assemelha-se à criação de um novo tributo, sujeitando-se aos consectários do princípio da não surpresa, isto é, a irretroatividade, a anterioridade de exercício e a noventena, conforme a natureza do tributo, apenas para os

⁴³ Segundo o qual compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

contribuintes que tinham decisão favorável transitada em julgado, e a contagem deve-se dar considerando a data de publicação da ata de julgamento que alterou o cenário jurídico como o primeiro dia de vigência da nova norma.

De todo modo, após o período de limitações temporais ao poder de tributar, a relação jurídico-tributária segue o precedente da Corte automaticamente, independentemente, do ajuizamento de qualquer ação desconstitutiva, mas a decisão transitada em julgado mantém sua eficácia em relação ao período anterior ao novo precedente.

A razão de grande inquietação da comunidade jurídica, jornalística e empresarial quanto à decisão do STF nos temas 881 e 885 não se deu por conta da tese fixada. As razões basilares da tese de cessação automática dos efeitos prospectivos da coisa julgada foram acolhidas à unanimidade na Corte. Na verdade, a grande centelha foi a ausência de modulação no caso concreto envolvendo a CSLL. As sustentações orais das empresas, na sessão que antecedeu o julgamento⁴⁴, praticamente somente trataram sobre modulação, mal questionaram a tese.

Como visto, a Corte negou a modulação dos efeitos, por seis votos a cinco⁴⁵. Entende-se que, todavia, essa parte da decisão não foi acertada, porque, nesse caso concreto, havia, sim, razões de segurança jurídica aptas a ensejar a modulação de efeitos, que até é incentivada pelo legislador para casos envolvendo a contraposição entre precedentes e coisa julgada, como se vê no art. 525, § 13º, do CPC.

Antes da decisão dos temas 881 e 885 da repercussão geral, não havia precedente do Supremo Tribunal Federal sobre a cessação automática dos efeitos prospectivos da coisa julgada, diante da superveniência de uma decisão posterior contrária da Corte. De fato, no julgamento do tema 733 da repercussão geral, o relator Min. Teori Zavascki tratou rapidamente, em *obiter dictum*, sobre esse entendimento – que há muito já defendia no âmbito doutrinário, deve-se reconhecer –, mas, como não fez parte da *ratio decidendi*, não constitui precedente (Didier Jr., 2015, p. 442).

Por outro lado, ao passo que não havia precedente anterior do STF sobre o tema, a Primeira Seção do STJ, em julgamento do tema repetitivo n. 340 (*leading case* REsp 1118893/MG) no ano de 2011, firmou tese⁴⁶ impossibilitando que o Fisco cobrasse a CSLL das

⁴⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OqjAJJ-cFWY>. Acesso em: 14/04/2024.

⁴⁵ vencidos os Ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski Dias Toffoli e, em parte, Nunes Marques, que, ressaltando que a tese aplicar-se-á em prol tanto dos contribuintes como do fisco, propôs modulação apenas em benefício dos contribuintes.

⁴⁶ Tese firmada: “Não é possível a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) do contribuinte que tem a seu favor decisão judicial transitada em julgado declarando a inconstitucionalidade formal e material da exação

empresas que tinham decisão transitada em julgado favorável, mesmo após o Supremo Tribunal Federal ter posteriormente se manifestado favoravelmente à constitucionalidade da exação.

Essa decisão do STJ ganhou ainda mais força quando, em fevereiro de 2015, o RE 955.227/BA (*leading case* do próprio tema 885) foi inadmitido pelo Min. Barroso, por considerar que a controvérsia relativa aos limites objetivos da coisa julgada, quando dependente da análise de legislação infraconstitucional, não enseja a abertura da via extraordinária. Essa decisão obviamente foi revertida posteriormente, mas não se pode negar que havia incerteza sobre a materialidade constitucional da temática, reforçando o poder da decisão do STJ no tema repetitivo n. 340.

Também não justifica a ausência de modulação o fato de ter ocorrido concorrência desleal entre as demais empresas e aquelas que continuaram a não recolher a CSLL após a decisão da ADI 15. Inegavelmente, a vantagem competitiva dessas empresas ocorreu, mas deve-se considerar que elas estavam salvaguardadas por uma sombra de juridicidade, tanto pela decisão em repetitivo do STJ como pela ausência de jurisprudência do STF sobre o tema específico.

Essa vantagem competitiva, na verdade, é um efeito colateral do sistema judicial brasileiro, que assevera a Corte de Vértice, causando a demora do STF em julgar casos dessa relevância – exemplificativamente, a repercussão geral dos temas 881 e 885 foi reconhecida em 2016, mas o julgamento do mérito só ocorreu em 2023, e até agora não houve o trânsito em julgado dos *leading cases*.

De todo modo, embora não tenha modula os efeitos da decisão – o que seria o correto, pelos argumentos acima expostos –, o Supremo Tribunal Federal no julgamento dos embargos de declaração, excluiu a cobrança das multas de qualquer natureza impostas aos contribuintes que tiveram decisão favorável transitada em julgado em ações judiciais propostas para questionar a exigibilidade da CSLL.

Retomando a análise dos impactos da tese fixada no julgamento dos temas 881 e 885 da repercussão geral, é fato que nem sempre o conteúdo do julgamento é claro em termos absolutos quanto ao seu alcance. Nesses casos, doutrinariamente, Teori Zavascki (2005, p. 121)

conforme concebida pela Lei 7.689/88, assim como a inexistência de relação jurídica material a seu recolhimento. O fato de o Supremo Tribunal Federal posteriormente manifestar-se em sentido oposto à decisão judicial transitada em julgado em nada pode alterar a relação jurídica estabilizada pela coisa julgada, sob pena de negar validade ao próprio controle difuso de constitucionalidade”. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=340&cod_tema_final=340

sugeria a submissão dos questionamentos à apreciação judicial, pleiteando uma ação declaratória, apenas para dar certeza jurídica às partes.

Todavia, é completamente indesejável o assoberbamento do Judiciário com demandas declaratórias, para apenas reafirmar mudanças já ocorridas, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal, ao realizar controle abstrato de constitucionalidade e ao firmar tese em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida sobre questões que digam respeito a relações jurídicas tributárias de trato continuado, deve deliberar de forma clara sobre quais decisões transitadas em julgado se tornarão ineficazes (Medina, 2023, P. 14.3). Isso é fundamental para evitar o surgimento de nova litigiosidade e garantir a segurança jurídica.

Ao passo que surge esse dever do Tribunal de, no próprio julgamento, esclarecer o alcance dos precedentes, também emerge o dever de conferir publicidade ao precedente, devido ao seu poder de cessar automaticamente os efeitos prospectivos de coisas julgadas anteriormente formadas, após o decurso dos prazos relativos às limitações temporais ao poder de tributar.

Com isso, reforça-se não apenas a responsabilidade administrativa do próprio Tribunal, mas também da sociedade organizada, especialmente das entidades representativas de classe. Estas, com o apoio de seus departamentos jurídicos, devem assumir o compromisso de auxiliar os representados, especialmente os de menor porte, na interpretação e na identificação dos efeitos decorrentes dos frutos do sistema de precedentes brasileiro.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de. **O precedente vinculante e sua eficácia temporal no sistema processual brasileiro**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Sistema constitucional tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BARIONI, Rodrigo; ALVIM, Teresa Arruda. **Recursos repetitivos: tese jurídica e ratio decidendi**. Revista de Processo, São Paulo, RT, v. 296, p. RR-7.1-7.6, out. 2019. E-book. Disponível em: <<https://next-proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/periodical/92686434/v20190296/page/II>>. Acesso em: 13/04/2024.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). **Parecer nº 492**. Diário da Justiça da União (DJU), Seção 1, ano 148, nº 100, Brasília, 26 de maio de 2011, p. 22 et seq.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (1ª Turma). **Agravo em Recurso Especial 1267283/MG**. Relator: Min. Gurgel de Faria, 27 de setembro de 2022. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27ARESP%27.clas.+e+@num=%271267283%27\)+ou+\(%27AREsp%27+adj+%271267283%27\).suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27ARESP%27.clas.+e+@num=%271267283%27)+ou+(%27AREsp%27+adj+%271267283%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 2.007.442/SP**. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 27 de junho de 2022. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27AINTARESP%27.7.clas.+e+@num=%272007442%27\)+ou+\(%27AgInt%20no%20AREsp%27+adj+%272007442%27\).suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27AINTARESP%27.7.clas.+e+@num=%272007442%27)+ou+(%27AgInt%20no%20AREsp%27+adj+%272007442%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). **Recurso Especial 1892941/SP**. Relatora: Min. Nancy Andrichi, 01 de junho de 2021. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27RESP%27.clas.+e+@num=%271892941%27\)+ou+\(%27REsp%27+adj+%271892941%27\).suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27RESP%27.clas.+e+@num=%271892941%27)+ou+(%27REsp%27+adj+%271892941%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1427771/SP**. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 24 de junho de 2019. Disponível em:

<https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?pesquisaAmigavel=+%3Cb%3EAgInt+no+AREsp+1427771%3C%2Fb%3E&b=ACOR&tp=T&numDocsPagina=10&i=1&O=&ref=&processo=&ementa=¬a=&filtroPorNota=&orgao=&relator=&uf=&classe=&juizo=&data=&dtb=&dtde=&operador=e&thesaurus=JURIDICO&livre=AgInt+no+AREsp+1427771>. Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). **Mandado de Segurança 11045/DF**. Relator: Min. Teori Zavascki, 03 de fevereiro de 2010. Disponível em:

[https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27MS%27.clap.+e+@num=%2711045%27\)+ou+\(%27MS%27+adj+%2711045%27\).suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27MS%27.clap.+e+@num=%2711045%27)+ou+(%27MS%27+adj+%2711045%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). **Recurso Especial 1118893/MG**.

Relator: Min. Arnaldo Esteves Lima, 23 de março de 2011. Disponível em:

https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=340&cod_tema_final=340. Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). **Agravo Regimental nos Embargos de Divergência em Recurso Especial 593309/DF**. Relator: Min. Humberto Gomes de Barros, 26 de outubro de 2005. Disponível em:

[https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27AERESP%27.class.+e+@num=%27593309%27\)+ou+\(%27AGRG%20NOS%20ERESP%27+adj+%27593309%27\).suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27AERESP%27.class.+e+@num=%27593309%27)+ou+(%27AGRG%20NOS%20ERESP%27+adj+%27593309%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). **Recurso Especial 1782867/MS**.

Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze, 06 de agosto de 2019. Disponível em:

[https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27RESP%27.class.+e+@num=%271782867%27\)+ou+\(%27REsp%27+adj+%271782867%27\).suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27RESP%27.class.+e+@num=%271782867%27)+ou+(%27REsp%27+adj+%271782867%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Ação Direta de Inconstitucionalidade 2418**.

Relator: Min. Teori Zavascki, 04 de maio de 2016. Disponível em:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur359999/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Ação Direta de Inconstitucionalidade 15**.

Relator: Min. Sepúlveda Pertence, 14 de junho de 2007. Disponível em:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur5753/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Questão de Ordem na Ação Rescisória 2876**.

Relator: Min. Gilmar Mendes. Relator do incidente: Min Gilmar Mendes, 05 de abril de 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6220273>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 611503**. Relator: Min. Teori Zavascki, 20 de setembro de 2018. Disponível em:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur400056/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 730462**. Relator: Min. Teori Zavascki, 28 de maio de 2015. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur318554/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 138284**. Relator: Min. Carlos Velloso, 01 de julho de 1992. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur318554/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 949297/CE**. Relator: Min. Edson Fachin, Redator do acórdão Min. Roberto Barroso, 08 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur478208/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 955227/BA**. Relator: Min. Roberto Barroso, 08 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur478209/false>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Enunciado n. 239 da Súmula**. Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal [1963]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=2062>. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Enunciado n. 343 da Súmula**. Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal [1963]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=1472#:~:text=N%C3%A3o%20cabe%20a%C3%A7%C3%A3o%20rescis%C3%B3ria%20por,de%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20controvertida%20nos%20tribunais..> Acesso em: 14/04/2024.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CALAMANDREI, Piero. **La casación civil**. t. I, vol. 2. Buenos Aires: Bibliografía Argentina, 1994.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Levando os padrões decisórios a sério**. São Paulo: Atlas, 2018.

CAPPELLETTI, Mauro. **Il controllo giudiziario di costituzionalità della legi nel diritto comparato**. Milano: Giuffrè. 1968.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIDIER JR., Fredie *et al.* **Curso de Direito Processual Civil. Teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela**. Vol. 2. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

DIDIER JR., Fredie *et al.* **Curso de Direito Processual Civil. Teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela.** Vol. 2. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

FERNANDES, Antônio Scarance. **Prejudicialidade: Conceito, Natureza Jurídica, Espécies de Prejudiciais.** São Paulo: RT, 1988.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Parecer Técnico.** 2016. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Especial no 955.227/BA. Vol. 113. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4945134>. Acesso em: 14/04/2024.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Segurança jurídica, coisa julgada e justiça.** Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica. n. 3. p. 263-278. Porto Alegre: Instituto de Hermenêutica Jurídica, 2005.

FROTA, Phelipe Moreira Souza. **A coisa julgada em matéria tributária: estudo acerca de sua eficácia no tempo e seu desdobramento nas ações declaratórias.** 2020. Dissertação (mestrado profissional) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, São Paulo, 2020.

GRECO, Leonardo. **Eficácia da declaração erga omnes de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em relação à coisa julgada.** In: Didier Jr., Fredie (org.). *Relativização da coisa julgada: Enfoque crítico.* 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2008.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Efeitos da sentença e coisa julgada. Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada.** 4. ed. Trad. Alfredo Buzaid, Benvindo Aires e Ada Pellegrini Grinover. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil Comentado.** 10. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2024. E-book. Disponível em: <<https://next-proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/100864097/v10/page/RL-1.105>>. Acesso em: 13/04/2024.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** 7. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Processo constitucional e democracia.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Limitações ao poder impositivo e segurança jurídica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Sentença, Coisa Julgada e Ação Rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023. E-book. Disponível em: <<https://next-proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/312885932/v1/page/RB-14.2>>. Acesso em: 13/04/2024.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MITIDIERO, Daniel. **Fundamentação e precedente: dois discursos a partir da decisão judicial**. Revista de Processo. vol. 37. n. 206. p. 61-78, abr. 2012.

MITIDIERO, Daniel; OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. São Paulo: Atlas: RT, 2012.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade Nery. **Código de Processo Civil Comentado**. 8. ed. São Paulo: RT, 2004

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único**. 13. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. **Coisa julgada e precedente: limites temporais e as relações jurídicas de trato continuado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SANTOS, Andrés De La Oliva. **Objeto del proceso y cosa juzgada en el proceso civil**. Navarra: Thomson Civitas, 2005.

SILVA, Almiro do Couto e. **O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da Lei do Processo Administrativo da União (Lei n. 9.874/1999)**. Revista de Direito Administrativo. Vol. 237. P. 271-316. Rio de Janeiro, jul. 2004.

TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão**. São Paulo: Ed. RT, 2005.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Precedente judicial como fonte do direito**. São Paulo: RT, 2004

ZAVASCKI, Teori Albino. **Coisa julgada em matéria constitucional: eficácia das sentenças nas relações jurídicas de trato continuado**. In: STJ Doutrina do Superior Tribunal de Justiça: edição comemorativa 15 anos. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2005. p. 109-132. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/Dout15anos/article/view/3499/3622>>. Acesso em: 13/04/2024.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.